

# PEGA FOGO O CIRCO JANISTA

TEXTO NA 3.ª PÁGINA



**1.300 PADRES CATÓLICOS AO LADO DO SOCIALISMO**

O padre Ploihar, eminente sacerdote católico e líder político da Tchecoslováquia, disse que o socialismo supera o capitalismo não apenas quando dá solução aos problemas econômicos e sociais, liquidando a exploração do homem pelo homem, mas também ao criar condições para que o homem consiga maior aperfeiçoamento moral. (Reportagem na 12.ª página).

ANO I — RIO, SEMANA DE 5 A 11 DE FEVEREIRO DE 1960 — N.º 50.

## NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



Mais grave do que a intoxicação resultante do ensofado de Jacaré, a caravana de Jânio aos Estados do Norte e Nordeste foi um fragoroso desastre político. Os comícios não tiveram comparecimento de massa, os trabalhadores e os nacionalistas, através de manifestos e inscrições nas ruas, repudiaram o candidato do entreguismo e, coroando tudo isto, agravaram-se ainda mais as contradições no seio do bando janista. O circo de Jânio voltou pegando fogo de sua «tournée».

# ESTUDANTES: GREVE GERAL CONTRA ROUBO DA ANUIDADE

TEXTO NA 11.ª PÁGINA

## CABELL MANDA, FALCÃO OBEDECE

O plano de repressão ao comunismo, inspirado pelo provocador profissional Armando Falcão e anunciado pela Divisão de Polícia Política, é a mais recente manobra tática do grupo reacionário do governo para minar as bases da candidatura Lott.

Tendo falhado as tentativas para afastar do páreo o candidato nacionalista, a ação sabotadora se desenvolve agora em duas direções. De um lado, erguem obstáculos ao entendimento PSD-PTB, dificultam a formação da aliança partidária em torno de Lott, congelam os projetos de lei cuja aprovação ampliaria as suas possibilidades eleitorais. De outro lado, revivem o anticomunismo como pretexto para atacar as forças nacionalistas e populares e tentar isolar os núcleos mais firmes e combativos da campanha do Marechal. O objetivo é claro: impopularizar a candidatura de Lott e apresentá-lo como um candidato ligado a reação.

Que sentido pode ter a ameaça de fechamento da União Nacional de Servidores Públicos, entidade presidida por um deputado do PTB? É evidente que se quer calar pela força o funcionalismo, reprimir violentamente a campanha da UNSP pelo plano de classificação. Se tal ameaça fosse concretizada, o governo do sr. Kubitschek não poderia prestar melhor serviço à campanha demagógica de Jânio Quadros, carregando para ela o descontentamento de milhares de servidores públicos.

Se este é o objetivo da projetada ação anticomunista, restaria localizar a sua origem. Há poucos dias a imprensa brasileira divulgou um relatório apresentado ao Senado norte-americano pelo general C. Cabell, subdiretor do Serviço Secreto Militar do governo dos Estados Unidos. Esse documento exige a intensificação da campanha anticomunista na América Latina e aponta os movimentos na-

cionalistas como alvo principal a ser atacado. Ai estão, visíveis, os cordões que movimentam os fantoches antinacionalistas do governo do sr. Kubitschek.

Eisenhower vem aí. Logo, é preciso sufocar o movimento nacionalista, com o velho pretexto de combater o comunismo. Eisenhower vem aí. Logo, é preciso evitar que ressoe alguma voz dissonante do coro que está sendo ensaiado para cantar o hino carnavalesco da OPA: «Me dá um dinheiro aí».

Mais uma vez fica provado que não são os comunistas que obedecem a ordens estrangeiras. Quem cumpre diretivas do exterior é o ministro da Justiça, o intrigante fascista Armando Falcão. As ordens vêm de Washington, e não de Moscou.

Quanto aos comunistas, é melhor dar a palavra ao «Jornal do Brasil», tradicional órgão conservador: «O que é grave, em tudo isso, é que os comunistas, geralmente, só defendem causas defensáveis». Por que, então, perseguir cidadãos que defendem causas defensáveis? Por que perseguir os comunistas, que lutam pela garantia do direito de greve, pela classificação do funcionalismo, pela reforma da previdência social, pela limitação da remessa de lucros, pela nacionalização dos depósitos bancários? Serão subversivas estas reivindicações, já aceitas pelo marechal Lott, candidato do próprio partido governamental?

Indefensáveis e inconfessáveis são os objetivos da campanha anticomunista do ministro Falcão, ditada pelo serviço secreto norte-americano. Não se trata apenas de golpear os comunistas, como podem pensar alguns ingênuos. O anticomunismo é pretexto para debilitar o movimento nacionalista, cindir a base popular da candidatura Lott e abrir caminho para a vitória de Jânio Quadros — o candidato dos trustes.

## ANOS DE ESPERA PELO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO



BARNABÉ

BARNABÉS

EXIGEM

APROVAÇÃO

DO PLANO

ESTE MÊS

TEXTO NA 5.ª PÁGINA

## Renovação ou fechamento: dilema da Indústria Têxtil do Nordeste

Renovação ou fechamento: dilema da Indústria Têxtil do Nordeste

Chantagem do Moinho Inglês Contra Centenas de Operários!

Reportagem de João Massena na 5.ª página

ESPIRITO SANTO: Ninguém Paga a Conta da Luz: Povo Boicota a Bond And Share

Leia na 11.ª página

PORT OF PARÁ: UM GRUPO ESTRANGEIRO TOMA DO CONGRESSO O DIREITO DE FAZER A LEI (Na página 10)

## 300 MIL PAULISTAS NA FILA DOS TELEFONES

TEXTO NA 7.ª PÁGINA

# Derrota Dos Fascistas da Argélia

Apesar do mesmo tempo em que se entregavam os últimos fascistas chefiados por Laguardie, realizava-se vitoriosamente a greve de uma hora convocada pelos sindicatos comunistas, socialistas e cristãos para apoiar a política de autodeterminação para a Argélia e protestar contra o golpe dos "ultras". Depois de uma semana de provocações feitas sob os olhares complacentes do exército francês, os colonos, apoiados pela "polícia territorial", não conseguiram criar condições suficientes para forçar o exército a substituir de Gaulle por uma ditadura militar-fascista.

O grande vencedor e a verdadeira causa da derrota dos ultras, entretanto, não foi o regime pessoal de De Gaulle, e sim a unidade da classe operária e das camadas progressistas do povo francês, que se batem por

uma solução pacífica e digna para a "guerra suja" na Argélia. Tanto o exército colonialista como de Gaulle se limitaram a fazer ultimatos e apelos aos "ultras" para que despussem as armas, permitindo, porém, que o conflito se aiastrasse. Sob as vistas dos paraquedistas, os colonos recebiam alimentos e munições, estas provenientes do próprio exército, através do "cêrclo". De Gaulle, ao mesmo tempo que advertia os colonos, anunciava a adoção de medidas policiais sumárias para processar os militantes da FLN e outros cidadãos argelinos, proibia reuniões antifascistas na França e na Argélia, apreendia a edição de "l'Humanité" que publicava a declaração do Partido Comunista conclamando à luta contra os "ultras" e persistia na política de realizar negociações apenas militares com a FLN.

## A POLITICA DE DE GAULLE

Diante da impossibilidade de uma "pacificação" militar da Argélia De Gaulle, em setembro de 1959, a chamada política de autodeterminação, prevendo a negociação de um cessar-fogo a FLN e a realização, dentro de três ou quatro anos, de uma consulta à população para que escolhesse entre a continuação do "status quo", a comunidade com a França ou a autodeterminação. Imediatamente começou a reação dos colonos franceses e de parte do exército colonialista, que havia colocado de Gaulle no poder para realizar a "sua" política.

Diante da conspiração dos "ultras", o governo de De Gaulle adotou a atitude de "irmão mais velho", advertindo sem tomar medidas drásticas para acabar com

as verdadeiras causas do golpe. O caminho das negociações com o Governo Provisório da República Argelina, o único que realmente virá trazer a solução definitiva para o problema da Argélia, nunca entrou, concretamente, nas cogitações de De Gaulle.

No dia mesmo em que o general Massu era afastado do comando da zona de Argel, o delegado geral da Argélia, Paul Delouvrier anunciava, como "compensação" aos colonialistas, o fuzilamento de 4 argelinos. Essa a resposta do p-der pessoal de De Gaulle à libertação, quase mensal, de prisioneiros franceses pelo Exército de Libertação Nacional da Argélia.

## PODERES EXTRAORDINÁRIOS PARA QUÊ?

Depois de encerrado o conflito, com a entrega de Laguardie e a fuga de Ortiz, é que De Gaulle resolveu pedir poderes extraordinários à Assembléia. Conhecendo-se a extensão dos poderes de que já dispõe o chefe da V República, inclusive no parlamento "fabricado" por ele, pode-se perguntar o que De Gaulle poderá fazer agora, governando por decretos pelo período de 6 meses? Combater os fascistas que sempre contaram, pelo menos, com sua benevolência, ou "dominar os ânimos" dos antifascistas?

A vitória dos colonos, com a substituição do poder pessoal de De Gaulle por uma ditadura militar-fascista, só se opunha a resistência da classe operária e outros setores progressistas da França. O verdadeiro apoio a De Gaulle partiu exatamente destas camadas. Com a derrota atual, os colonos farão uma pequena retirada, esperando nova oportunidade para tentarem mais uma vez o que agora não conseguiram: um novo 13 de maio, com a intervenção do exército colonial e dos grupos direitistas ligados a ele na organização política da "metrópole". Continuará o perigo de golpes fascistas na Argélia enquanto durar o regime colonial que a França impôs há cento e oitenta anos e sustenta até hoje à ponta das baionetas.

# NOVA POLÍTICA EXTERNA EM LUGAR DE PALAVRAS

FAUSTO CUPERTINO

Na mesma ocasião em que apresentou o balanço dos quatro anos de seu governo, o sr. Juscelino Kubitschek deu a público uma exposição na qual analisou a situação internacional no ano que passou. Em linhas gerais, pode-se dizer que, quanto aos problemas mais gerais, a exposição presidencial faz constatações justas, mas não tira as conclusões necessárias para a política externa brasileira, e, quanto aos atuais problemas da América Latina, indica uma posição que não se coaduna com as necessidades da luta de emancipação nacional e com a política de não-ingêrência que defende.

Referindo-se inicialmente ao problema da paz, disse o presidente que 1959 foi, sem dúvida alguma, um ano em que vimos afastar-se a ameaça de um conflito generalizado. Lembrou o presidente os enormes perigos que decorreriam de uma guerra atômica para a humanidade, assinalando que foram dados passos positivos no sentido da coexistência pacífica com as discussões sobre o desarmamento na ONU e a visita de Kruschov aos Estados Unidos, para concluir com a afirmativa de que hoje, não é possível negar a existência de um clima de distensão internacional. Diante disto, era de se esperar pelo menos uma menção à contribuição do governo brasileiro ao relaxamento da tensão internacional, como seria o estabelecimento de relações amistosas com todos os países do mundo.

Contenta-se, entretanto, o sr. Kubitschek em fazer alisonantes declarações pacifistas, sem dar qualquer indicio de mudança na política externa de seu governo.

Referindo-se depois à luta pela emancipação econômica e política dos países oprimidos pelo imperialismo e o colonialismo, que disfarça atrás da expressão neutra de «problema do desenvolvimento», disse o Presidente da República que vem crescendo o aplauso dos diligentes dos países capitalistas avançados à luta contra o subdesenvolvimento. Observa, porém, que «infelizmente, ainda não passamos do terreno das afirmações de princípio para o das realidades operantes».

Mais uma vez nos vemos diante da mesma contradição entre os fatos e as palavras: uma semana antes da fala presidencial o Itamaraty recusou o convite do governo cubano para participar da conferência mundial dos países subdesenvolvidos em Havana. Se o presidente já compreendeu que não bastam as declarações pomposas dos estadistas dos países mais avançados, nada mais natural do que o Brasil prestigiar as iniciativas que visam a estreitar os laços políticos e

econômicos entre os países subdesenvolvidos e criar condições mais favoráveis para a sua luta de libertação nacional. O sr. Kubitschek, contudo, faz vista grossa à realidade e não tira conclusão alguma de suas próprias afirmações.

O ponto mais negativo do discurso, entretanto, é o que se refere à situação política atual no continente. Afirma o sr. Kubitschek que «houve um agravamento das tensões já existentes dentro do sistema interamericano, em vista de desentendimentos entre países, alguns já de longa data, outros derivados de recentes mudanças na estrutura política de certos países. Sem que tivesse havido uma referência direta, fica mais ou menos claro que o sr. Kubitschek está se referindo a Cuba quando diz, referindo-se a esses países, que «grande parte desses desentendimentos se deve ao imperfeito funcionamento da democracia representativa».

Ora, por não considera o Presidente da República que é «perfeito» o funcionamento da «democracia representativa» no Paraguai, a cuja ditadura o governo brasileiro deu mão firme, ou na República Dominicana, onde recentemente foram preás

milhares de pessoas, ou na Nicarágua? Embora não accuse Cuba frontalmente, a referência a «recentes mudanças na estrutura política» dos países responsáveis pelos conflitos é de molde a indicar que o governo brasileiro está disposto a colaborar com o Departamento de Estado na defesa dos interesses de cidadãos norte-americanos em Cuba», em troca, talvez, de empréstimos (ou serão empréstimos?) para a Petrobrás, como sugeriu o embaixador brasileiro em Washington, Válder Moreira Salles, ou da criação de uma cota de importação de açúcar para o Brasil, como defende o Instituto do Açúcar e do Alcool, como parte da pressão econômica contra Cuba.

Esta situação se torna ainda mais clara quando o sr. Kubitschek, apesar de afirmar veementemente sua total concordância com o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros países, diz estar disposto a estudar e discutir com todo o interesse qualquer proposta apresentada nos quadros da OEA para o fortalecimento da democracia representativa, inclusive no tocante à adoção de sanções multilaterais. Em outras palavras, o governo brasileiro está disposto a coonestar agressões promovidas pelos Estados Unidos, através do bloco da Organização dos Estados Americanos, aos países da América Latina que se levantarem contra a opressão do imperialismo norte-americano. De que adianta a fervorosa declaração de não ingerência proferida pelo sr. Kubitschek se logo a seguir dá seu apoio antecipado às «sanções multilaterais» patrocinadas pelo Departamento de Estado?

Em suma, é de se perguntar, que está por trás das palavras do sr. Kubitschek: um passo vacilante no sentido de uma política externa de defesa da paz e da luta de emancipação dos povos oprimidos, ou a continuação da subserviência ao Departamento de Estado?

# Conferência de Havana: Golpe no Colonialismo!

Prestando uma atividade muito grande para o ano de 1960 no prosseguimento da OPA, o governo brasileiro respondeu negativamente ao convite de Cuba para a Conferência de Havana dos países subdesenvolvidos. Segundo a nota de Itamaraty, a «conferência de Havana prejudicaria a OPA que estaria em franco progresso. Se o que a Operação Pau-Americana pretende, como afirmam os seus patronos, é promover o desenvolvimento dos países latino-americanos e conseguir a cooperação dos Estados Unidos para programas concretos de fomento econômico, uma demonstração de unidade e cooperação entre os países subdesenvolvidos da América Latina e os da Ásia e da África só poderia fortalecê-la».

A conferência de Havana tratará, como se sabe, de assuntos econômicos tão importantes como a reforma agrária, a industrialização, a organização de instituições de crédito e outras formas de ajuda econômica e de assistência técnica, etc. Sua convocação já foi prestigiada e aprovada pelo México, Panamá, Venezuela, RAU, Tunísia, Marrocos, e outros países subdesenvolvidos. A negativa brasileira representa um isolamento do Brasil e um desserviço à causa da libertação econômica dos países subdesenvolvidos, em particular da América Latina.

A este respeito, é bastante sugestivo o fato de que os grupos políticos mais diretamente ligados a imperialismos norte-americanos e que de hábito criticam o governo por não ser suficientemente, isto é, inteiramente entreguista, colocam-se agora incondicionalmente do lado dos srs. Kubitschek e Lúfer. É o caso de "O Globo" que, em editorial recente, se arvora em paladino da OPA e exclama o governo brasileiro e confidência de Havana.

## SABOTAGEM E SUBSERVIÊNCIA

Em seu recente discurso sobre a situação internacional,

o sr. Kubitschek se referiu ao apoio em palavras que os círculos políticos dos países capitalistas avançados prestam à luta dos países subdesenvolvidos por sua emancipação. Devia-se concluir daí, talvez, que o governo brasileiro contribuiria com sua política externa para reforçar as posições políticas e econômicas dos países oprimidos pelo imperialismo. Entretanto, isto não aconteceu.

Disposto a cumprir ritosamente a linha "pan-americana" de regatear pequenos concessões dos Estados Unidos sem contrariar em nada a política do Departamento de Estado e suas imposições, persiste agora o governo de Juscelino em "preservar a OPA", cujo único resultado depois de quase dois anos é o Banco Interamericano, com recursos modestos em face das necessidades reais dos povos latino-americanos e submetido ao

controle dos Estados Unidos.

Diante da atual campanha contra Cuba, pelo único fato, de que se dispõe o domínio político e econômico, naquele, afirma-se que, dada mais a política de subserviência e de meadigar concessões. Informa-se mesmo que, durante a próxima visita de Eisenhower, o governo brasileiro iria pedir o estabelecimento de uma cota para o Brasil na importação de açúcar pelos Estados Unidos, exatamente no momento em que Cuba é ameaçada de redução de sua cota como retaliação econômica por sua política independente. Torna-se, claro, desse modo que o governo brasileiro, centrando os interesses de nosso povo, não se dispõe a participar da Conferência de Havana por subserviência ao Departamento de Estado, na esperança de obter pequenas frações em troca de sua "lealdade".

# Em Shangai - Do Capitalismo Ao Socialismo

LUIZ CARLOS PRESTES

Antes da libertação da China, a cidade de Shangai era como que a base principal da invasão imperialista do país e o centro político e econômico da dominação reacionária do Kuomintang. Como consequência disso, seus problemas sociais eram os mais graves e Shangai era conhecida no mundo inteiro como o paraíso dos aventureiros. Dezenas de milhares de ladrões e assaltantes, milhaves e milhares de prostitutas faziam parte de sua população e constituíam sério problema a ser enfrentado pelo governo da revolução vitoriosa em 1949.

Era indispensável zelar pela segurança da população e assegurar a ordem social. O governo e o Partido Comunista souberam enfrentar o problema com firmeza e desde logo traçaram o caminho a seguir, visando a transformação social dos marginais, sua redução e recuperação para a vida social. Foi adotada a política de combinar a educação política e ideológica com o trabalho produtivo, uma justa combinação do esforço reducionista com a possibilidade de participar pelo trabalho numa atividade produtiva.

Ao mesmo tempo que eram fechados os prostíbulos e perseguidos os contraventores, era feita em toda a cidade a mais intensa propaganda sobre a necessidade da concentração em locais determinados sob a direção do governo local de todos aqueles que não tinham profissão definida. O apoio de massa rapidamente se manifestou e sob sua influência numerosos marginais procuravam voluntariamente, ou levados por seus familiares e pelo próprio povo, os locais de concentração. Somente contra aqueles que resistiam à pressão da opinião pública adotou o governo o método de concentração forçada, sempre com o cuidado necessário para evitar quaisquer possíveis injustiças. Ficam, assim, concentrados até fins de 1957 cerca de 60.000 vagabundos e 7.500 prostitutas, o que significa um pouco mais da metade da população marginal calculada. Em geral, de 80 a 90% dos elementos concentrados provinham das massas trabalhadoras, mas já estavam habituados a uma vida parasitária, à inércia, a não participar de nenhum trabalho regular e sistemático.

Reduzi-los para a vida em sociedade e para o trabalho não era por isto uma tarefa fácil. Quanto à educação, o caminho seguido consistia, antes de tudo, em mostrar-lhes o que distinguia a nova sociedade socialista da sociedade capitalista. Como em sua maioria eram, na verdade, vítimas da exploração capitalista, semelhante comparação os conduzia inevitavelmente à condenação dos governos reacionários e do regime capitalista que os levaram à desocupação e à condição de marginais e criminosos. Muitos provinham também do campo, onde viviam na miséria, sob o guante da exploração e da usura dos latifundiários. A fuga para as cidades os transformara em vagabundos e prostitutas, mas só agora podiam ver que estava no latifúndio e na dominação reacionária a causa de seus males. O Partido cuidava também de explicar-lhes sua política e de convencê-los de que se tratava efetivamente de salvá-los. E na medida em que compreendiam a política do governo popular e do Partido Comunista reconheciam que a velha sociedade transformava os homens em diabos enquanto a nova queria trans-

formar os diabos em homens», como entre eles mesmos se dizia.

Só na base dessa educação era de fato possível ganhá-los para a posição de respeito às leis do Estado, de subordinação e disciplina, de justa compreensão das limitações da vida coletiva. Simultaneamente, eram também educados no amor à Pátria, ao povo e à coletividade, assim como ao trabalho, porque em geral jamais se preocuparam com o futuro da Pátria, não amavam ao povo e não sabiam zelar pelo bem público. Finalmente, nesse processo educativo tinha também grande importância abri-lhes a perspectiva que lhes assegurava a construção do socialismo na China, a fim de estimulá-los à iniciativa e à participação com entusiasmo nessa construção. Com semelhante orientação era também possível elevar o nível cultural dos concentrados, que, de analfabetos em sua maioria, conseguiram, dos totais concentrados, cerca de um terço a instrução secundária e cerca de dois terços a instrução primária.

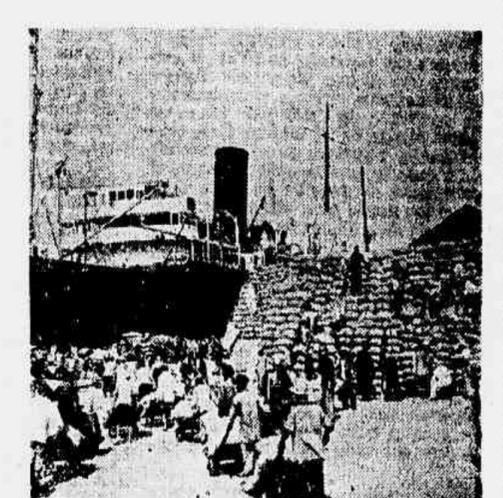
A outra grande medida adotada foi a organização do trabalho produtivo. Era este um elo decisivo na transformação dos marginais. Só através da atividade produtiva era possível transformar os indivíduos, fazer com que adquirissem pouco a pouco o hábito do trabalho e o desejo de adquirir os conhecimentos técnicos indispensáveis à realização de qualquer atividade produtiva. Essa não era também uma tarefa fácil. Foi necessário partir da participação nos trabalhos mais simples na agricultura ou na atividade artesã. Posteriormente, foi possível organizar o trabalho coletivo em oficinas de costura, de fabricação e reparação de máquinas, de produção de adubos para a agricultura, etc. Desacostumados ao trabalho, resistiam, de início, a qualquer atividade, declaravam-se doentes, chegavam a destruir os instrumentos de trabalho. Obstáculos que foram, pouco a pouco, vencidos, através da crítica, da discussão, da exaltação dos que se salientavam no trabalho e só em casos mais raros das necessárias sanções.

Outro elemento de êxito na transformação dos marginais concentrados foram as justas medidas administrativas adotadas pelo governo e que partiam da compreensão de que os marginais, embora não podendo ser tratados como o povo trabalhador em geral, não podiam também ser confundidos com os reacionários e demais criminosos anti-revolucionários. Assegurava-se-lhes o direito de voto, a liberdade de correspondência, o direito de participar dos órgãos dirigentes dos locais de concentração. Os cuidados médicos também assegurados permitiram a cura dos doentes. Só com os elementos que provinham da prostituição, cem por cento chagados de doenças venéreas, gastou o Estado mais de 180.000 yuans.

Os resultados desse processo de transformação dos marginais foram coroados e consolidados com a atividade produtiva a que eram finalmente encaminhados. Uma parcela considerável voltou a viver em seus lugares de origem, onde receberam trabalho; cerca de 20.000 trabalhavam nas fazendas do Estado e outros 10.000 nas fábricas e empresas de Shangai.

Evidentemente, os êxitos alcançados e que fizeram de Shangai a grande e bela cidade socialista dos dias de hoje, limpa por completo da prostituição, do banditismo e da malandragem, revelam a superioridade do socialismo sobre o capitalismo. Sem o socialismo, que acabou com a desocupação, que elevou rapidamente o nível de vida dos trabalhadores e sua consciência política, que levou a termo a reforma agrária e libertou as grandes massas trabalhadoras do campo da exploração e da usura dos latifundiários, não teria sido possível eliminar para sempre as fontes geradoras daqueles males. São problemas sociais que só sob o regime socialista podem ser resolvidos. Nos países capitalistas tendem sempre a crescer e as medidas reformistas ou as brutalidades da reação jamais acabarão com eles, inclusive com a prostituição e agora também com a chamada juventude transviada.

A transformação de Shangai, a diferença entre o que era há dez anos atrás e o que hoje é, constitui uma das revelações mais sérias e evidentes do conteúdo profundamente humano do socialismo. E' o desmentido concreto e gritante daqueles que negam o humanismo socialista e insistem na velha mentira das liberdades supostamente estranguladas nos países socialistas em contraste com a liberdade capitalista que, no fundo, não é, para os trabalhadores, senão a liberdade de morrer de fome ou de marchar para a prostituição e o banditismo.



Shangai, a cidade dos mistérios, centro da dominação estrangeira na China, transformou-se radicalmente após a instauração do poder popular. Hoje é o grande centro irradiador do comércio chinês para todo o mundo.

**NOVOS RUMOS**

Diretor - Mário Alves  
Gerente - Guttemberg Cavalcanti  
Redator-chefe - Orlando Bomfim Jr.  
Secretário - Fragmon Borges

**REDATORES**  
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça Luis Ghilar dini.

**MATRIZ**  
Redação: Av Rio Branco, 257, 17 and., S/1712 - Tel: 42-7344  
Gerência: Av Rio Branco, 257, 9 and., S/105 Endereço telegráfico -

**«NOVOSRUMOS» ASSINATURAS**

Anual	Cr\$ 250,00
Semestral	130,00
Trimestral	70,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte  
N. avulso .... Cr\$ 5,00  
N. atrasado .. " 8,00

ACONTECEU NA CARAVANA

Informação dada na Câmara por Emilio Carlos quando se realizava o comício em Belém foram batidas seis cartelas com dinheiro, de pessoas que se encontravam no palanque.

"Perdões-me Y. Ex.", mas, ao ouvi-lo, foi como se ouvisse Hitler, redutivo, a arengar para as massas nazistas. (Da carta enviada pelo major Jarbas Passarinho a Jânio Quadros).

No dia da chegada de Jânio a Belém, as ruas, avenidas e praças da capital paraense amunheceram literalmente cobertas de inscrições de apoio à candidatura Lott.

Jânio Quadros mostrou-se indignado pelo fato de não encontrar, em vários locais por onde passava, uma só faixa de sua propaganda. "Afirma, que faz toda esta gente?", perguntou Jânio a Emilio Carlos.

Segundo "O Estado de São Paulo" o fracasso da excursão Jânio é resultado ainda da decepção causada pela renúncia e imediata desrenúncia do candidato.

O PTN do Maranhão rompeu com Jânio. Em carta ao candidato, disse o presidente da Comissão Executiva Estadual daquele partido: "Preferis bem, o senhor ficou com os fraudadores, os desonestos, os falsos líderes e a imprensa ociosa".

Predominou durante toda a excursão um ambiente de hostilidade entre Jânio e os líderes udenistas. Houve um momento em que, pretextando uma gripe inexistente, Jânio se recusou a receber o seu companheiro de chapa, Leandro Maciel.

PEGA FOGO O CIRCO JANISTA

Jânio Quadros e os dirigentes de sua campanha estavam convencidos de que a excursão eleitoral ao Norte e Nordeste seria um acontecimento excepcional para a vida daquelas regiões do país e teria como resultado imediato um revigoramento espetacular de sua candidatura, com repercussão em todo o resto do Brasil.

Realizada porém a excursão, que se prolongou por uma área de 11 mil quilômetros, durante 16 dias, o seu balanço é considerado simplesmente decepcionante e desalentador pelos porta-vozes mais credenciados do janismo. Jornais como "O Estado de S. Paulo" e "Correio da Manhã" não vacilaram mesmo em afirmar que predominaram nos comícios de Jânio os aspectos negativos. A excursão, que era uma esperança, se converteu num desastre.

Eis, resumidamente, os resultados que se salientam na cruzada janista ao Norte: a falta de entusiasmo popular pelo candidato; a hostilidade manifestada por Jânio contra a Petrobrás na Amazônia, revelando mais uma vez o caráter entreguista de sua candidatura; o aristocrático desprezo de Jânio pelo povo, expresso na grosseria com que à última hora o candidato resolveu cancelar numerosos comícios e outros encontros com a massa; o aguçamento das contradições entre os grupos que apóiam Jânio, envolvendo particularmente os líderes da UDN e Emilio Carlos ("turco gatuno", como o chamava o "Estado"); a consciência revelada pelas populações do Norte e Nordeste de que Jânio é o candidato dos tristes estrangeiros e de mais reacionária oligarquia paulista, a serviço de cujos interesses governaria o país.

COMÍCIOS SEM MASSA

Não foi por acaso que os jornais janista, embora mandassem correspondentes especiais acompanhando Jânio, não publicaram uma fotografia sequer dos comícios realizados pelo candidato do Clube da Lanterna. É que, com exceção apenas de S. Luiz do Maranhão, os comícios de Jânio não conseguiram reunir grandes massas. E este fato provocou em Jânio tal irritação que levou o amigo de Rockefeller, diante de sucessivos fracassos, a advertir o deputado udenista Ferro Costa: — Senhor deputado, eu sou candidato à Presidência da

República, e não a vereador! Em Campina Grande, na Paraíba onde os dirigentes udenistas, tendo à frente o líder João Agripino, pretendiam promover uma estrondosa manifestação que apassasse da lembrança os fracassos anteriores, o que se viu foi um comício de modestas proporções, mesmo assim com uma presença de apenas 30 por cento de habitantes da cidade, tendo sido o resto recrutado em vários municípios paraibanos, e até em outros Estados, como o Rio Grande do Norte e o Ceará. Segundo o depoimento prestado à imprensa pelo deputado José Joffily, "o comício de Campina Grande foi um desastre completo".

Mas o povo não reagiu diante do candidato entreguista unicamente deixando de comparecer aos seus comícios. Foram numerosas também as manifestações de hostilidade franca a Jânio, particularmente no Acre e no Pará. Ali, por onde andava, encontrava Jânio milhares de volantes reproduzindo as opiniões dadas por Carlos Lacerda, em 1956, sobre o "Hitler redutivo", e esclarecendo às massas populares o sentido antinacional e reacionário da candidatura da Lanterna. Em Belém do Pará, os sindicatos de trabalhadores não só se recusaram a convidar Jânio para uma visita à Federação dos Trabalhadores na Indústria como divulgaram um manifesto repelindo a sua candidatura. JANIO O ENTREGUISTA.

Em sua excursão encontrou Jânio mais uma oportunidade para revelar que é de fato um inimigo da Petrobrás, tentando, por meio de dados falsos e de mais impatrióticas demagogias, desmoralizar a grande conquista do povo brasileiro em sua luta contra os tristes imperialistas do petróleo. Não é casual, como se vê, a preocupação de Jânio em se proclamar amigo pessoal de Nelson Rockefeller.

Falando pelo rádio, em Belém do Pará, Jânio insultou furiosamente contra a Petrobrás, procurando dar aos seus ouvintes uma imagem inteiramente falsa dos trabalhos que esta empresa realiza na Amazônia. O objetivo que o amigo de Rockefeller tinha em vista alcançar foi imediatamente denunciado pelo major Jarbas Passarinho, superintendente regional da Petrobrás.

Em carta mandada a Jânio, diz o major Passarinho: "Visei apenas retificar um erro, que não era só aritmético, no que tange ao número de sondas, mas importante, pelas suas graves implicações. Como efeito, diminuindo o número de sondas e triplicando a área em que elas operam, o esforço de pesquisa tornar-se-ia quase ridículo. Daí para chegarmos à conclusão de que a Petrobrás não tem capacidade, sózinha, de resolver o problema da pesquisa, é um salto." Al está o propósito mal disfarçado de Jânio; desmoralizar a Petrobrás, alimentar as lendas imperialistas sobre a sua "inoperabilidade" e justificar, assim, que seu amigo Rockefeller (que "tão bem conhece os problemas do Brasil", já disse Jânio) venha em nosso socorro. O fato de que Jânio estava mesmo decidido a investir contra o monopólio estatal do petróleo se torna indiscutível — não podendo de modo algum ser levado à conta de simples erro — pela circunstância de ter sido advertido e esclarecido antes de, no programa radiofônico, fazer as declarações que encontraram o repúdio indignado de todos os patriotas.

JANTISMO. UM SACO DE GATOS

A caravana de Jânio ao Norte e Nordeste teve também como resultado o agravamento das contradições em que se vêm dilacerando os partidos que o apóiam, desde o instante em que foi

lançada a sua candidatura. Vários fatores contribuíram para o aguçamento destas discrepâncias. Um destes elementos é a posição anti-Petrobrás assumida pelo candidato. Houve entre os nacionalistas da UDN um enorme descontentamento em face das afirmações entreguistas de Jânio. O deputado Seixas Dória, por exemplo, discutiu acaloradamente com Jânio, dizendo-lhe não admitir ataques daquela ordem à Petrobrás. Insatisfação idêntica manifestaram outros próceres políticos, inclusive o deputado Ferro Costa.

Mas as contradições se relacionam também com a "luta por posições" no que se chama o comando janista. E cada vez mais nítido o propósito de Jânio de "cortar as asas" da UDN, deixando que se projetem elementos de outras facções, precisamente aqueles que mais provocam "repugnância moral" entre os "bacharéis" da UDN. É o que acontece em relação a Emilio Carlos, Quintanilha Ribeiro, Pedroso Horta e outros. Prestígio sobre Jânio, tripudiam sobre a UDN, humilham a "eterna vigilância", atribuindo-lhe a culpa pelos fracassos da caravana eleitoral e acusando-a, até, de sabotar a própria candidatura de seu correligionário, Leandro Maciel. Os jornais janistas não conseguem esconder esta verdade: o janismo é um autêntico "saco de gatos", em que ninguém se entende e todos intrigam e conspiram contra (Conclui na 11.ª página)

Oswaldo Aranha

Foram, por certo, 65 anos de intensa atividade esses vividos por Oswaldo Aranha. Ingressando ainda moço na vida pública e seguindo uma orientação liberal, logo se projetou como personalidade das mais marcantes. Durante três décadas densas de acontecimentos destacados da história brasileira, seu nome permaneceu quase sempre no primeiro plano. E isto até o último minuto de sua vida: como se sabe, ele acabara de aceitar o convite para ser candidato à vice-presidência da República na chapa do marechal Lott.

Podem ser lembradas muitas atitudes democráticas que Oswaldo Aranha tomou e que tiveram peso considerável em determinados episódios da vida nacional. Em 1941, quando as forças ligadas ao eixo fascista se empenhavam por vincular o Brasil às potências agressoras, desempenhou importante papel no sentido de que prevalecessem as inclinações do povo brasileiro, que se identificara, em sua esmagadora maioria, com os que lutavam pela liberdade e independência dos países subjugados ou ameaçados pelo fascismo. Recordar-se, a propósito, a participação de Oswaldo Aranha no histórico comício do Teatro Municipal, às vésperas da declaração de guerra do Brasil ao eixo.

Após a derrota das potências fascistas, Oswaldo Aranha desincumbiu-se de importantes missões do governo brasileiro na ONU, tendo sido eleito, em 1947, para a presidência da Assembleia Geral daquela organização, com o apoio decisivo da União Soviética e dos demais países socialistas. Estadista com vi-

são dos problemas mundiais, formou entre os partidários da paz. Num momento em que as forças da agressão pareciam estar alcançando seu objetivo de lançar o mundo em nova catástrofe, ergueu sua voz para condenar a guerra, indicando o caminho das negociações como o único justo para a solução das divergências internacionais. Quando da empolgante campanha mundial pela proibição das armas atômicas, associou-se aos participantes daquele movimento e assinou o Apelo de Estocolmo.

Sobretudo depois da experiência internacional adquirida nos últimos quinze anos de sua vida, Oswaldo Aranha soube perceber as profundas modificações que o mundo atravessava. Seus mais recentes pronunciamentos, reclamando a adoção pelo Brasil de uma política exterior independente, são prova disso. Compreendeu ele que o estabelecimento de relações normais do Brasil com a União Soviética, com a República Popular da China e com os demais países socialistas só poderia reforçar a posição internacional do nosso país e contribuir para apressar o desenvolvimento independente de nossa economia. Quando, em 1957, chefiando a delegação brasileira à Assembleia Geral da ONU, votou contra a admissão da China nas Nações Unidas, explicou com desassombro que assim agia cumprindo ordens do governo brasileiro, mas que pessoalmente era favorável à admissão.

Por tudo isso, a morte de Oswaldo Aranha repercutiu profunda e dolorosamente entre os democratas e patriotas brasileiros.

DISCURSO DA PROFESSORA EDNA LOTT:

"Nosso Candidato Fará um Governo Nacionalista"

PORTO ALEGRE (Do correspondente) — Na grande concentração popular realizada na Vila Santa Catarina, nesta capital, de propaganda da candidatura do marechal Teixeira Lott, a professora Edna Lott, filha do candidato das forças nacionalistas, pronunciou um discurso que teve enorme repercussão, sendo entusiasticamente aplaudida pela massa popular. A certa altura de seu dis-

curso afirmou a profa. Edna Lott: «Estejamos certos de que, na chefia da Nação o Marechal Teixeira Lott, somente terá como centro de suas preocupações o interesse nacional. É esse interesse nacional que é o Brasil de brasileiros para brasileiros. Um Brasil gerando energia que não permite a evasão de divisas por companhias divorciadas do progresso pátrio; um Brasil de grandes indústrias que ra-

diquem no solo brasileiro o produto de seu trabalho; um Brasil que polieie a remessa exorbitante de lucros para outras partes do mundo; um Brasil que não abdique no domínio sobre suas fabulosas reservas de matérias-primas; um Brasil que venda a quem quiser comprar, e compre onde o interesse da Pátria assim o exigir; um Brasil que humanize a dura labuta de nossos irmãos do campo, incorporando-os à vida nacional através de uma legislação agrária que faça o pobre menos miserável e o rico menos prepotente; um Brasil que edifique pela força de sua gente, muitas outras grandezas como a Petrobrás intocável, a Volta Redonda de Vargas».

Disse ainda: «Quero declarar aos moradores deste bairro de homens enrijecidos na luta e, por extensão a todos os irmãos do Rio Grande do Sul, que meu pai, nosso candidato ao futuro governo com por centro nacionalista, não tem qualquer responsabilidade nos equívocos da política econômica-financeira de nossos dias. O Marechal Teixeira Lott nunca foi ministro da Fazenda nem presidente do Banco do Brasil...»

Em outra parte, referindo-

se à carestia na vida, declarou: «Sabemos que a política econômico-financeira ora adotada em nossa Pátria é a única responsável por esta situação».

Numa das suas mais honestas formulações sobre a crise brasileira, Getúlio Vargas disse: «Os dólares não estão gerando cruzelros, mas os cruzelros transformando-se em dólares». Grupos econômicos de fora, de países que acreditam ser possível reverter o Brasil à condição de Colônia, estão levando a cabo fabulosos da exploração de nossas riquezas. São culpados aqui dentro de nossa Pátria por mais bra leões, que se prestam reverentes à triste máscara de testas-de-ferro. Para que este assalto à nossa economia seja aniquilado definitivamente, é urgente que mudemos de orientação da política econômica-financeira para os postulados reclamados pelos nacionalistas. Ninguém em nossa terra alimenta ódios contra qualquer povo. Não há no mundo exemplo mais humano de convivência pacífica e cristã. A paz é o anseio supremo de todos os brasileiros. Mas que não sirva nossa condescendência de campo aberto à exploração que padecemos».

PROVOCAÇÃO CONTRA UNSP É MANOBRA DE FALCÃO

O ministro da Justiça, sr. Armando Falcão, foi acusado na Câmara dos Deputados de estar sabotando a candidatura nacionalista do Marechal Lott, procurando incompatibilizá-lo com os trabalhadores. Foi o sr. Falcão apontado como o verdadeiro responsável pela nota policial ameaçando a União Nacional dos Servidores Públicos pelos deputados Lício Hauer e Salvador Lossaco, apolados em apertes por vários outros parlamentares. O líder em exercício da maioria, deputado Mário Gomes, na impossibilidade de defender a política antipopular do ministro da Justiça, limitou-se a considerar que as notícias não tinham caráter oficial. A provocação contra os funcionários públicos e os atentados às liberdades constitucionais, como a quebra do sigilo da

correspondência, foram atacados pelos deputados Benjamin Farah, José Talarico e Mário Martins, entre outros. Os deputados assinalaram o fato de que a entrada de Armando Falcão no ministério de JK marcou o início de uma série de atentados à liberdade e, ao mesmo tempo, de manobras com o objetivo de cristianizar a candidatura nacionalista de Lott. A atual campanha contra a UNSP visa, também, mostraram os parlamentares, a atemorizar os servidores em sua luta pela aprovação do Plano de Classificação.



CONFERÊNCIA DE PRESTES EM NITERÓI.

No maior ato público realizado em Niterói nos últimos anos, Luis Carlos Prestes pronunciou, no dia 29 de janeiro último, no Teatro Municipal da capital fluminense, uma conferência sobre a posição dos comunistas brasileiros em face da atual situação do país e da campanha eleitoral. Todas as dependências do teatro se achavam superlotadas, tendo sido Prestes aclamado com excepcional entusiasmo. O líder comunista analisou a situação em que se encontra o país, criticando especialmente a orientação que vem sendo imprimida à política econômico-financeira do Governo, responsável pelas crescentes dificuldades que recaem sobre o povo. Neste sentido, insistiu Prestes na necessidade de serem afastados do Governo os elementos entreguistas, que servem aos tristes estrangeiros. Referindo-se às eleições, Prestes analisou as duas candidaturas à Presidência

da República, mostrando o caráter entreguista e reacionário da candidatura de Jânio Quadros e, de outro lado, a unidade cada vez mais compacta das vastas forças nacionalistas e democráticas em torno do marechal Teixeira Lott. Prestes fez um caloroso apelo a todos os fluminenses no sentido de não pouparem esforços, a fim de derrotar em 3 de outubro o concluiu antinacional representado pela candidatura de Jânio Quadros.

A conferência de Prestes foi presidida pelo deputado federal Domingos Velasco, sentando-se à mesa o vice-governador do Estado do Rio, sr. Celso Peçanha, o ex-deputado federal Maurício Grabois, além de numerosas outras personalidades, entre as quais deputados estaduais, vereadores de Niterói e vários dirigentes sindicais fluminenses.

Na foto, vemos a mesa que dirigiu o ato e um aspecto da assistência.

Ferrovários Soviéticos Felicitam os Brasileiros

O Comitê Central do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Ferroviários da URSS, enviou à Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil a seguinte mensagem, por motivo da passagem do ano: «Aceitem nossas cordiais felicitações de ano novo e cálidos votos de boa saúde, de êxito em suas atividades na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, em sua luta pela paz no mundo inteiro».

Jango Deve Ser Mesmo o Candidato à Vice

O plano lance para a escolha do candidato a vice na chapa do marechal Lott foi a inclinação de João Goulart submetendo a JK, a Lott e aos dirigentes possedistas a quatro nomes: Renato Costa Lima, Santiago Dantas, Parafal Barruso e Roberto Silveira. Apertadamente, isto revela que Jango insiste em não se candidatar. Entretanto, no que tudo indica, não é um lance definitivo. E se tem em geral como certo que voltará a impor-se o nome de Jango, apesar das resistências pessoais que o presidente do PTB vem apresentando. E esta será, sem dúvida, a melhor solução para o problema da escolha do candidato a vice. A verdade é que

nenhum outro prócer trabalhista tem as mesmas possibilidades de Jango de unificar não só o PTB, mas as amplas forças populares e nacionalistas que se coligam em torno da candidatura de Lott. Quanto a Santiago Dantas e Renato Costa Lima, é evidente a oposição que encontra em influentes setores do próprio Partido Trabalhista, particularmente em sua bancada federal. E os governadores do Ceará e do Estado do Rio, além de não terem condições de unificar todo o PTB, dificilmente deixarão os governos que ocupam para disputar uma vice sem, nem de longe, reunir as mesmas chances de Jango. A bancada do PTB na Câmara Federal insiste em que o candidato a vice deve ser mesmo João Goulart. Opinião idêntica tem sido manifestada pelo sr. Leônidas Brizola. E a tendência dominante entre os vários dirigentes petebistas é finalmente no sentido da candidatura de Jango. Por outro lado, os comitês nacionalistas que se acham empenhados na campanha eleitoral de Lott consideram já como companheiro de chapa do marechal o presidente do PTB. Com o regresso de João Goulart ao Rio, e sob a pressão que sobre ele vem exercendo numerosas forças trabalhistas, espera-se que o presidente do PTB se decida, afinal, a lançar-se na luta como candidato, ao lado do marechal Teixeira Lott.

# BRASÍLIA: HUMANISMO E TÉCNICA

MILTON FERVITIS

A formação de nossas cidades esteve sempre suje-

da a objetivos econômicos.

Cresceram e desenvolveram-se em função das necessidades da produção e da exportação de riquezas.

O homem, construtor alienado, participa como agente passivo, esmagado pelas estruturas que constrói.

O caráter caótico, de nossas cidades submete a maioria da população a difíceis condições de vida, obrigada a des-

perder grandes energias diariamente per correndo longos trajetos em condução deficiente.

A vida nessas cidades é difícil e complexa. São cidades anti-humanas.

Os planos urbanísticos até hoje apresentados objetivam favorecer grupos econômicos, atender a interesses privados e necessidades constantes da expansão da produção, em detrimento da criação de melhores condi-

ções para a vida dos habitantes.

A maior dificuldade cresceu e o surgimento planejado do urbano, o aumento e a densificação do núcleo, criando condições para a formação de um mercado interno, acirram a contradição entre o caráter de simples centros de produção para exportação e as crescentes dificuldades por que passam os habitantes de nossas cidades.

Se no campo econômico a luta pela nossa emancipação visa a criação e a defesa de elementos nacionais em sua estrutura, o urbanismo como ciência passa pela primeira vez em nossa história a cogitar da organização de nossas cidades em função das novas exigências internas.

A estrutura técnica formal de nossas novas cidades precisa ser planejada de modo

a servir de apoio aos processos econômicos de nosso desenvolvimento e a sua realização — na medida permitida pelos benefícios crescentes da industrialização — uma parte de cada vez, mais numerosa na população.

O conhecimento de nossa realidade econômica e social é condição necessária e indispensável para o planejamento e a adaptação dos processos de moderno urbanismo mundial, visando sua correta aplicação às particularidades e características próprias de nossa realidade.

No plano de Brasília elaborado por Lúcio Costa, trança-se claramente esse propósito. O conhecimento dos processos da técnica moderna dá relevo às proposições do humanismo, do conhecedor de nossa realidade.

O plano consegue, simultaneamente, estabelecer a ordem e garantir a liberdade. As superquadras dos setores residenciais dão preceito à organização global e fixa da cidade, mas, ao mesmo tempo, os blocos de residências que compõem cada uma delas.

"Podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seja possível a criação de uma unidade de trânsito de pedestres, inormente o acesso à escola primária e às comércio existentes no interior de cada quadra" (Lúcio Costa — Memória Justificativa do Plano de Brasília).

As características de nosso sistema social, como é natural, permanecem — a graduação social poderá ser dada facilmente utilizando-se mais valor a determinadas quadras... — mas não têm aqui caráter de agressividade e domínio das propriedades das classes abastadas sobre as demais, característica de nossas grandes cidades. Tudo está enquadrado dentro de uma organização em que o destaque substitui o esmagamento.

## AUTÓGRAFOS EM NITERÓI

Na livraria Ideal (rua Viseu do Rio Branco, 229) será realizada domingo, dia 7, às 10 horas, a primeira "manhã de autógrafos" de 1950, por iniciativa do "Grupo de Amigos do Livro" e dos editores Antunes & Cia. Ltda.

Serão lançadas na ocasião os livros de poemas "O Sertão do Canto", de Geir Campos, e "O Pão e o Vinho", de Moacyr Félix.

# O TEIMOSO

ENEIDA

Cada vez mais pobre, sujo, rido e faminto, está o povo brasileiro, como há muitos anos, o seu carnaval começa quando o ano acaba e que vive janeiro nos preparativos febris de sua festa maior, mesmo que os dias marchados sejam em fevereiro ou em março.

Infelizmente, como acontece desde o início, carnaval e polícia sempre foram intransponíveis inimigos. Qualquer pessoa que procure estudar o passado carnavalesco desta cidade encontrará como inimigo mais acérrimo dos folguedos de Mamã, a polícia. Já é fácil encontrá-la, hoje como ontem, de casquete em punho, atrevido carnavalesco, desfazendo blocos, penetrando em grupos, para impedir que o samba venha para as ruas.

Protesto para atacar carnavalescos, a polícia sempre encontra. Agora, com a onda de crimes e criminosos rollos na cidade, declara ela que age assim porque no meio da onda estão os ladrões de carteira, os assaltantes, aqueles que penetram entre os carnavalescos para fazer o mal. Uma pergunta me ocorre: por que a polícia, com a qual o governo gasta milhões, não encontra maneiras de impedir isso? Não há maneira de acabar com isso? Não devia a polícia secular, meios para que os carnavalescos pudessem brincar e pular sem a intromissão desses elementos perniciosos? Talvez eu seja uma mulher demasiadamente simplória, mas o fato é que nessa história de criminosos, de ladrões e as-

salto, nossas caçadas tremendas que se não pode terminar com os crimes — frutos da própria sociedade — podia pelo menos dar ao povo que se diverte um mínimo de garantia para que não fôssem, ele que não tem a ver com crimes e criminosos, vítimas também da paucidade e da liquidação de seus folguedos.

Há um samba que diz que o "pobre vivo de teimoso que é". Teimosos também são os nossos carnavalescos, teimosos é o nosso povo que ama seu carnaval que o mantém, contra tudo e contra todos, com aquela alegria que ele parece guardar durante todo um ano para extravasar na época momentânea.

Este teimoso e querido povo carioca que usa como uma de suas armas mais afiladas e mais vingativas a alegria carnavalesca, uma alegria que o acompanha mesmo quando tem que dormir em filas, que abrir torcidas em vão, que sabe os perigos cotidianos que o cercam, que vê o salário nada dar para o mais necessário. Este teimoso e querido povo carioca está vivendo agora o seu carnaval e contra ele já se manifesta e age o ódio da polícia.

Mas não há de ser nada. Outro dia um carnavalesco de um bloco na minha rua, gritou: — Vamos cantar o hino de Eisenhauer. E o povo cantou: — Me dá um dinheiro aí, me dá um dinheiro aí.

## TEATRO NOTÍCIAS DO TEATRO EM PORTO ALEGRE

Montevideu, 26 de janeiro. Infelizmente, não nos foi possível enviar esta crônica a tempo. E, em consequência, deixamos de registrar no nosso cantinho por uma semana. Se é que o Correo se comportará de maneira a entregar a presente no tempo previsto. Sabíamos que o movimento teatral no Rio Grande do Sul havia tomado um grande impulso nos últimos anos. Não foi surpresa, portanto, uma nota, tomar conhecimento de que se fez no ano recuando e do muito que se pretende fazer neste, que se inicia. Entretanto, alguma coisa há que deve ser dividida e assinalada e foi o que em verdade nos chegou de alegria e esperança: o sentido popular, a orientação adequada nos meios oficiais, visando a fazer chegar o teatro até as camadas mais distantes e menos favorecidas da população... E de maneira inteiramente gratuita. Isso é compreender a finalidade social da arte.

Tentamos entrevistar a sra. diretora do Departamento de Cultura, professora Maria Moritz, para saber dos planos para 1950. Noprasa, alegando não gostar de divulgar planos. Só fala deles depois de conhecidos. Tivemos, entretanto, uma longa conversa. E do que aí se ventilou e do muito que ouvimos de pessoas amigas, ligadas nos meios culturais ou simplesmente espectadores, daremos notícia nesta crônica. O público de Porto Alegre teve oportunidade de assistir a grandes espetáculos no ano de 1949. Muitos de iniciativa oficial, diversos realizados por particulares, conjuntos amadores ou de estudantes, ou semiprofissionais. Convém que se saiba que P. A. conta com vinte e tantos grupos amadores. Houve também a contribuição de fora, trazida em 1950 pelo ótimo conjunto da Escola de Arte Dramática de São Paulo, de cujas realizações se fala com grande entusiasmo. Especialmente do espetáculo levado a efeito nas escadarias da Igreja das Dores com a peça de Calderon De La Barca "Devoção à Cruz". Contam que eram milhares e milhares de pessoas a encher rua e janelas, a olhar a cena. Dirigido por Ruggero Jacobi, com cores cantadas e feladas, houve, no Parque Farroupilha, um esplêndido Au do Natal. Só quem conhece esse parque, e o ama em toda sua beleza e beleza, pode imaginar a grandiosidade do espetáculo.

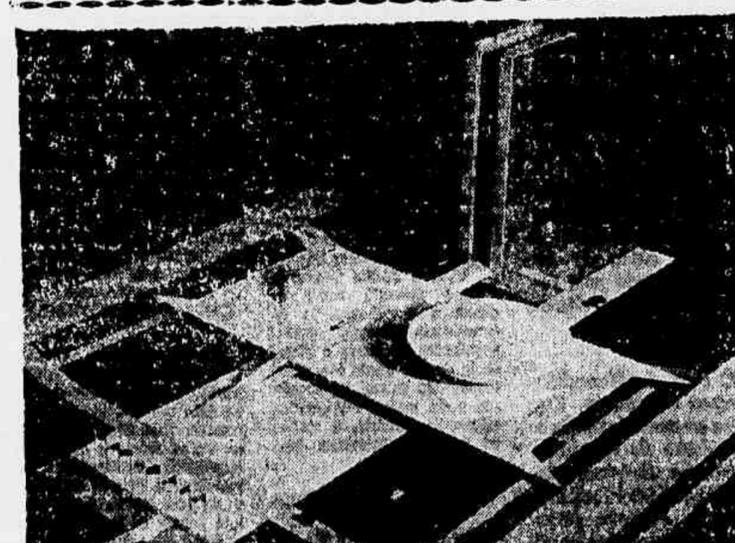
Silva Ferreira, que durante alguns anos colaborou com os atores da arte dramática em P. A. dando cursos e encenando peças, foi contratado pela Divisão de Cultura para levar o Auto da Compadecida, a tão discutida, porém sempre apreciada, comédia de Ariano Suassuna. Da sua so da iniciativa fala-se até hoje. O conhecido pintor gaúcho Nelson Boeira Padilha fez os cenários, sua bela esposa Alba personificou a Virgem Maria. E um nordestino radicado em P. A., compôs o João Gillo, obtendo com seu trabalho um prêmio e as referências elogiosas de todos os que assistiram ao espetáculo. Fala-se que sua direção sobeja, segundo pessoas que assistiram às outras montagens de "Auto" no Rio e em São Paulo, chegou a superar o trabalho de Agildo Ribeiro, o que não parece quase impossível.

No campo teatral, erro que foram certas as realizações do Departamento de Cultura de Secretaria de Educação e Cultura de P. A. Houve ou não, também grandiosas, no terreno da Música e Ballet, como por exemplo o espetáculo do grande bailarino espanhol Angel Feyriet no tradicional Teatro São Pedro. Obedecendo a uma prática de há muito adotada pela Secretaria de Educação do Rio Grande que, sem favor, é o Estado em que mais se tem feito pela educação artística do povo, o Departamento comprou um dos espetáculos oferecendo gratuitamente ao público. Superlativamente, com 1.500 pessoas, lotação muito superior à que comporta, ainda assim foi preciso fazer voltar da porta centenas de pessoas.

O Teatro Universitário, sob a direção de Rogério Jacobi, encenou Electra de Sófocles. E a partir a professora Lita Ruppel, afilhada à Arte Dramática nos últimos tempos, já tendo mesmo escrito e encenado uma peça em 1948, organizou um grupo que encenou "Offen da Condição". Saroldi dirigiu, o qual, segundo se sabe, segundo se conta, do Rio. O espetáculo foi montado no público com os diferentes grupos que constituem o outro o elenco de manifestação teatral. Também a mídia cresceu ter sido uma iniciativa bastante positiva, para um grupo que se inicia, com gente tão jovem e inexperiente. Um grupo novo surge na cidade: o Teatro de Equipes, constituído em grande maioria por elementos vindos do grupo de declamação, equívoco e dirigido por Maria Almeida e que conta a seu favor com a realização de alguns espetáculos de nível elevado de alto nível artístico. Estão constituindo seu trabalho, em uma das ruas centrais, pelo nome de escola antecipada de cadeiras cativas.

O Departamento de Cultura conta com a colaboração dos melhores elementos, tanto no âmbito dos músicos e teatrais como no ambiente de artes plásticas. Assim Glênio Bianchetti, por exemplo, do grupo de gravadores de Bagé, cidade que tem seu lugar merecido na história da grande do Brasil, ajudado por sua jovem esposa criou o Teatro de Fantoches, cujos espetáculos se realizam em praças públicas ou nas Bibliotecas Infantis outra bela iniciativa do Departamento, sobre a qual lhe prometemos uma reportagem. Isto, em primeiro, é o que temos para contar do movimento teatral no Rio Grande do Sul. E é-nos grato assinalar o propósito da professora Maria Moritz, com obstinação nestas palavras, nunca textuais: Nosso empenho é chegar até as mais distantes camadas do povo, não só aqui da Capital como de todo o Estado. Aquêles que podem pagar não nos interessam. Queremos levar a cultura e a arte àqueles que não a podem comprar.

BEATRIZ BANDEIRA



A foto apresenta-nos o Congresso Nacional em Brasília, projeto de Oscar Niemeyer. Nos dois hemisférios situados sobre a plataforma que fica ao centro do conjunto serão instalados os plenários da Câmara (maior) e do Senado (menor). Os dois edifícios que se vêem ao fundo servirão para o funcionamento das várias Comissões e diversos serviços burocráticos do Poder Legislativo.

## "O Homem Que Não Gostava de Cães"

Depois de uma ausência de quase dez anos, Milton Pedrosa volta à literatura. Talvez nunca a tenha abandonado de fato, mas apenas deixado de publicar suas produções. Pode-se lamentar tão longa ausência, agora que se revela um ótimo contista, dos melhores que produzimos. Mas não sei se o intervalo entre seu livro anterior e este agora — O homem que não gostava de cães (x) — não terá sido benéfico para o seu amadurecimento. A verdade é que estamos diante de um escritor que domina o seu métier, encerra um mestre no gênero como Graciliano Ramos já opinasse há 10 anos, que alguns dos contos de Milton Pedrosa eram "excepcionais". Nesta categoria podemos incluir o que dá o título ao seu novo livro e sobretudo "A velha e os gatos", que não exageramos se colocarmos ao lado dos melhores contos de Gogol. Esta uma das qualidades que distinguem os contos de Milton Pedrosa: aquele profundo humanismo que impregna as histórias do autor de "O Capote". Sei que as comparações valem pouco, mas muitas vezes não podemos evitá-las, porque elas nos correm naturalmente. E servem como ponto de avaliação. Mas esta comparação nos ocorreu por outro motivo: diante dos contos de Milton Pedrosa em O homem que não gostava de cães comprova-se, mais uma vez, que a nossa literatura de ficção está alcançando, em larga escala, categoria universal. O livro de Milton Pedrosa e mais uma prova disso, ao lado de alguns romances de Jorge Amado, Graciliano Ramos, "Grande Sertão: Veredas" de Guimarães Rosa, entre outros. Além daquele humanismo gogoliano, outra qualidade das histórias de Milton Pedrosa merece ser salientada: o seu realismo. São histórias da vida comum artisticamente fabuladas. São, portanto, literatura para o povo, e não para uma minoria de privilegiados excentrícos. Devo dizer, que há alguns contos que não me agradam. E por um motivo muito pessoal: parecem simples anedotas. É verdade que a vida tem muitas vezes situações anedóticas. Mas talvez haja a propensão em Milton Pedrosa para o exagero neste sentido. E um contista com a sua poderosa imaginação, capaz de nos dar histórias como "Caixa de Surpresas" e "Américo", não deve deixar-se atrair por esse lado fácil do conto. Principalmente quando a sua tendência natural é para os aspectos humanos da vida. Desejaria que os últimos contos de Milton Pedrosa fossem os primeiros que abrem o livro, como julgo que são. De qualquer forma, devem ser os que mais lhe agradam, pois são os primeiros que oferece ao leitor. Por que me pareço que este é o seu caminho: mesmo quando fala de cães e gatos, Milton Pedrosa não esquece o ser humano. É ele que está diante de nós. Esta a principal qualidade das narrativas de Milton Pedrosa. (x) Ed. Civilização Brasileira S. A. R. F.

## NOTAS SOBRE LIVROS

CASTRO GILDO PEREIRA

Meu velho amigo Adolpho Pôrto, veterano jornalista, publicista arguto, acaba de publicar um livro de grande interesse, a que deu o título de O Município, Esse Desconhecido. Trata-se de minucioso estudo sobre a situação financeira dos municípios brasileiros, apresentado ao V Congresso Nacional de Municípios reunido no Recife durante a primeira semana de dezembro último. O V Congresso municipalista considerou devidamente o trabalho de Adolpho Pôrto, adotando-o como contribuição ao conhecimento e debate dos problemas financeiros que afligem a maioria absoluta das municipalidades do País. O termo é esse mesmo — "afligido" — pois raro, raríssimo é o município que dispõe de finanças bastantes. Nem por outro motivo pôs o autor na introdução do livro o qualificativo de "indigente" como sendo aquele que melhor define a verdadeira condição do município brasileiro, a debater-se em permanentes aflições financeiras. Adolpho Pôrto expõe o seu assunto com exato conhecimento de causa, apoiando-se em abundante material estatístico, e nessa base desenvolve sua argumentação, recheada de observações críticas e construtivas. Pela própria natureza deste livro, cada leitor sente-se à vontade para concordar ou não com certos pontos-de-vista sustentados pelo autor, mas ninguém pode fugir à ardente sugestão de suas páginas, que nos convidam ao exame e ao debate dos nossos problemas municipais, em que os aspectos estritamente financeiros e administrativos se desdobram em complexas implicações de ordem econômica e política. O Município, Esse Desconhecido, foi editado pelo Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, mas encontra-se à venda nas livrarias do Rio, facilitando-se assim a sua aquisição pelos interessados na matéria. A Editorial Vitória começou bem o ano, com a edição brasileira do livro de Y. I. Perelman — Brincando de Matemática. Eis um livro a que podemos aplicar, com propriedade, o dito do sutil ainda brincando. Em suas páginas, cheias de desenhos apropriados, encontrará o leitor centenas de problemas e cálculos matemáticos, tudo exposto de forma clara, anedótica, divertida. Com excelente apresentação gráfica, bom formato, tradução limpa, este é um livro que ao mesmo tempo diverte e instrui, no contrário de muitos outros, que nem divertem nem instruem, ou que às vezes divertem mas desinstruem. Brincando de Matemática é um bonito volume, próprio para ser lido em todas as idades. Para ser lido, como dizia o outro, por todos os jovens de 7 a 70 anos.

Transferência para São Paulo

Chantagem do Moinho Inglês Contra Centenas de Operários

Reportagem de João Massena Melo

A situação difícil que atravessam os trabalhadores do Moinho Inglês, foi agora agravada com as medidas arbitrárias tomadas pela administração daquela empresa, que quer transferi-los para S. Paulo. Assim, é que centenas de trabalhadores, inclusive senhoras em avançado estado de gravidez, operários de mais de 30 anos de idade, e menores de idade, incluindo mães da casa de trigo e biscoto, todas elas com estabilidade na empresa, estão sob a ameaça de perderem seus empregos e todos os direitos assegurados pela lei trabalhista.

MANOBRAS CENICAS

No Moinho Inglês, em Iguatema, na região de trigo, biscoto, operários, percebendo um salário médio de Cr\$ 7.000,00. Na região de biscoto, existem 420 operários cuja média de salário é de Cr\$ 6.000,00. Há mais de 2 meses que a administração da empresa faz circular entre os trabalhadores, boatos alarmistas sobre transferências para a fábrika Biscoito Alimento no Estado de São Paulo, sob o pretexto de uma dezena de operários

foram convidados ao escritório e avisados da transferência para breve.

Até então, nenhum documento oficial lhes tinha sido entregue. Entretanto, no dia 29 próximo passado, 98 operários, acompanhados por mais de uma centena de outros trabalhadores do Moinho, procuravam o seu Sindicato, exigindo então uma nota de intimação. Avizada em termos amigáveis, encaminhando a proposta de transferência para o Estado de S. Paulo. Eis o texto do documento: «Tenho esta o fim de comunicar-lhe a sua transferência a partir de 1 de fevereiro de 1960, com fundamento no 2º do artigo 100 da Constituição das Leis do Trabalho, para a fábrika Biscoito Alimento situada na Capital de Estado de S. Paulo, na rua James Robinson, 608, onde Vossa Excia. trabalha atualmente. Entretanto, a transferência deverá apresentar-se no estabelecimento no dia 1º de março, sob pena de, não o fa-

zendo, serem-lhe aplicadas as sanções legais, isto é, demissão.

É impossível — declarou a nossa reportagem aos operários avisados — que em pouco tempo da transferência para S. Paulo, em apenas 30 dias, quando isso envolve, antes de tudo, o problema do aluguel de uma casa na cidade de S. Paulo, e não não se resolve em tão curto prazo.

O que se passa é uma chantagem do Moinho Inglês contra os seus operários. O artigo 100 da Constituição diz: «Ao empregador é vetado transferir o empregado, sem a sua autorização, para localidade diversa da que resultar do contrato, que se entenderá transferido a quem não aceitar necessariamente a mudança de seu domicílio. O prazo para a transferência em caso de transferência para o Estado de S. Paulo, não poderá ser inferior a 30 dias, contado a partir da data em que o empregado tiver conhecimento da transferência, e o estabelecimento no dia 1º de março, sob pena de, não o fa-

zendo qualquer condição legal para tal transferência e não há o caso da extinção da empresa em que trabalham.

PIORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Não é de agora que vêm se sucedendo medidas arbitrárias contra os trabalhadores do Moinho Inglês. Há 2 semanas foi denunciado nos jornais, por uma comissão de operários daquela empresa, as mudanças de horários que passaram a ser de 6 às 14hs, para a primeira turma, com apenas 30 minutos para o almoço. Essa medida veio principalmente aos velhos operários, de pouca mobilidade, e que dificilmente podem suportar o correco às torcidas para a lavagem das mãos, a colada no local onde é apreendida a máquina, etc. Agora se agravou a situação de seu trabalho e, depois, a proposta de indenização em 25 e 50 por cento sobre seu salário de operário estavel.

Diminuiu o número de operários em cada fábrika. As condições de trabalho, que trabalhavam em turnos de 12 pessoas, foram reduzidas para 6, o serviço de cada foi cortado, passando os operários a trabalhar de 12 às 17hs sem almoço. O almoço recebido pelo SATE, a Cr\$ 25,00, a fábrika mandou suspender. Liquidaram com o departamento social encarregado de servir às refeições. O serviço de urgência foi também suspenso, qualquer operário acidentado, agora, só poderá ser atendido na hora do almoço.

DEMISSÃO EM MASSA

No ano passado o Moinho Inglês foi visitado por uma comissão de capitalistas nipo-americanos, interessados na compra daquele estabelecimento industrial. Uma das condições exigidas pelos compradores era a de que se limpasse a fábrika de todos os operários estáveis e dos que se aposentassem da estabilidade.

Recentemente, foi contratado pelo Moinho uma tal Comissão Especial, dirigida pelo engenheiro dos trabalhos do Estado Novo, e que acumulou grande política na mirável tarefa de liquidar aos patrões o trabalho de perseguir os empregados. Esse cidadão tem certa brecha para dar um jeito no Moinho. Segundo os trabalhadores, a sua missão é limpar mão de todos os meios para demitir todos os operários com estabilidade.



Trabalhadores do Moinho Inglês recusam a ordem de transferência para São Paulo, e desmascaram o plano dos patrões que pretendem burlar os seus direitos, jogando-os na rua sem nenhuma indenização.

LYCIO HAUER A NR

Plano de Classificação Pode Ser Ainda Este Mês

A proposta da Conferência Nacional dos Servidores Públicos e Aduanos Pro Classe, instaurada pelo 3.º de Ta Capital, neste reportagem, foi aprovada pelo Lycio Hauer, que declarou:

— Três pontos estão em discussão na Conferência Nacional: a proposta de novo Plano de Classificação, dentro da classificação de cargos, e formas de luta para que ambas sejam aprovadas até 25 de fevereiro em curso, quando termina o período extraordinário do Congresso Nacional. Daí se depressam, pois, duas coisas: o funcionalismo não se está deixando iludir pelas promessas de um novo salário no dia 30, e o funcionalismo lutando pela conquista da classificação.

— Vale salientar, contudo, que a Conferência não examinara teoricamente o problema que já foi suficientemente discutido. Tratando-se de um problema de ordem técnica e de as melhores medidas capazes de garantir a aprovação do plano, em conformidade com os interesses do funcionalismo.

NOVA TABELA

— Há vontade de alta custo de vida, tanto os servidores públicos e ensino de nível superior e elaborar uma nova tabela de vencimentos, mais justa, dentro da sistemática do plano. A tabela proposta pelo governo, quando foi elaborada, estava em conformidade com o custo de vida, mas há o governo. Nesse ponto, também, o funcionalismo procura garantir o aumento do salário-família de Cr\$ 250,00 por dependentes para Cr\$ 1.000,00 a exemplo do que ocorre com os servidores do Estado de São Paulo. Se aquele Estado não pagar tal salário, com multa

maior razão o Governo Federal poderá fazê-lo, porque dispõe de maiores recursos. Além do mais, o salário-família não guarda, hoje, a mesma proporcionalidade com o salário inicial (veja A ou referência 17), que tinha quando foi instituído, em 1953. Assim, naquela época, para um salário inicial de Cr\$ 200,00 (valor da classe A), concedia-se o salário-família de Cr\$ 50,00 ou seja, 4 vezes menos. Hoje, para mantê-lo com o mesmo valor, quando o salário inicial é de Cr\$ 6.000,00 deveria o salário-família ser de Cr\$ 1.500,00. E todos os demais tipos de vencimentos deverão ser adaptados ao atual custo de vida. Este é o plano que se elaborou.

POSSÍVEL A APROVAÇÃO

O Plano será aprovado ainda neste período extraordinário do Congresso Nacional? — perguntamos. — Pode, afirmou. Mas, com a mobilização dos servidores. A Classificação tem servido, até hoje, de pretexto para reduzir uma série de melhorias por nós que podemos ser feitas. Exemplos: a restrição da pensão de nível universitário superior, no celebre Projeto n.º 1.622, que foi votado pelo governo Getúlio Vargas sob a alegação de que iria ser feita a classificação dos respectivos cargos. Contudo, acrescentar ainda que a tabela de vencimentos proposta por Des-

creto Executivo, isto é, por simples decreto, não é substituída ou substituída. Deixando, por exemplo, os artigos dos Ministérios da Guerra ou da Marinha, independentemente de qualquer lei, podem ser reclassificados, quanto a referência de salário, em níveis bem maior de acordo com a complexidade e importante função que exercem.

Portanto — continua o dep. Lycio Hauer — no terceiro ponto da Conferência Nacional, o problema de reclassificação de cargos e de melhoria geral de vencimentos, para fazer face ao alto custo de vida, contudo, vale salientar, que qualquer melhoria de vencimentos só será satisfatória se não for indeterminada e insuficiente como se propõe (30) para tempo, mas, sim, se for no mínimo na média de 60% real aumento do custo de vida em 1959, dando maior porcentagem aos que recebem menos, porque são os mais atingidos pelo peso das dificuldades.

A Conferência será, pois, a responsável do funcionalismo em obter uma melhoria substancial de seu nível de vida, quer pessoal, quer profissional. Do maior apoio do funcionalismo ao convênio de aprovação de suas condições, mais rápida e segura será a vitória do funcionalismo público do Brasil — concluiu o deputado Lycio Hauer.

NOTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS, SOBRE EDGARD LEITE FERREIRA

Prezados a publicação da nota abaixo: «Os comunistas servidos públicos comunicam que o Sr. Edgard Leite Ferreira, político rural do Ministério da

Agricultura, atualmente a serviço do Palácio do Catete, nada mais tem a ver com o movimento comunista, por terem sido comprovadas em sua atuação, reuera, diversas atitudes de covardia, indiferença e abandono, por ele suas funções partidárias.

Tratando-se, portanto, de um funcionário do Palácio do Catete, nada mais tem a ver com o movimento comunista, por terem sido comprovadas em sua atuação, reuera, diversas atitudes de covardia, indiferença e abandono, por ele suas funções partidárias.

PETROPOLIS TEXTEIS QUEREM 60% DE AUMENTO

PETROPOLIS — Estado do Rio. (Da Correspondência) — Os trabalhadores de Petrópolis, Distrito dos Estados, pediram aumento de 60% de aumento salarial. O aumento de 60% de aumento de 60%. Esse desejo foi tomado na última assembleia geral que contou com a participação de mais de 500 trabalhadores. A ato estiveram presentes os srs. José Maria Barbosa e João Alberto, II, deops dos trabalhadores de Petrópolis.



Aspecto do coquetel que a CONTEC ofereceu nos redatores sindicais cariocas, na última sexta-feira, quando foi distribuída a nota de convocação da Convenção Nacional dos Bancários.

Convocada para março

Convenção Nacional Dos Bancários

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito ofereceu, à imprensa sindical, um coquetel, no dia 29 próximo passado, em sua sede. Nessa oportunidade os dirigentes da CONTEC trouxeram idéias com redatores sindicais da imprensa do D. Federal, solicitando-lhes colaboração para sua próxima

Convenção Nacional, distribuído a seguir, a seguinte nota: «Escrito reunidos, no D. Federal, nos dias 27 e 28 do mês próximo, representantes bancários e dos demais empregados das estabelecimentos de crédito do país, a fim de tratar dos seguintes pontos da Ordem do Dia: I — Salário —

Contrato Coletivo de Trabalho; II — Previdência — IAPB — Inclusão dos sindicalistas no IAPB — Projetos que visam à unificação do regime de previdência e auxílio para o funcionário; III — Fábrika Nacional — Declaração de Princípios Nacionais; IV — Planos Nacionais; V — Estatuto Nacional; VI — Estatuto Nacional; VII — Estatuto Nacional; VIII — Estatuto Nacional; IX — Estatuto Nacional; X — Estatuto Nacional; XI — Estatuto Nacional; XII — Estatuto Nacional; XIII — Estatuto Nacional; XIV — Estatuto Nacional; XV — Estatuto Nacional; XVI — Estatuto Nacional; XVII — Estatuto Nacional; XVIII — Estatuto Nacional; XIX — Estatuto Nacional; XX — Estatuto Nacional; XXI — Estatuto Nacional; XXII — Estatuto Nacional; XXIII — Estatuto Nacional; XXIV — Estatuto Nacional; XXV — Estatuto Nacional; XXVI — Estatuto Nacional; XXVII — Estatuto Nacional; XXVIII — Estatuto Nacional; XXIX — Estatuto Nacional; XXX — Estatuto Nacional; XXXI — Estatuto Nacional; XXXII — Estatuto Nacional; XXXIII — Estatuto Nacional; XXXIV — Estatuto Nacional; XXXV — Estatuto Nacional; XXXVI — Estatuto Nacional; XXXVII — Estatuto Nacional; XXXVIII — Estatuto Nacional; XXXIX — Estatuto Nacional; XL — Estatuto Nacional; XLI — Estatuto Nacional; XLII — Estatuto Nacional; XLIII — Estatuto Nacional; XLIV — Estatuto Nacional; XLV — Estatuto Nacional; XLVI — Estatuto Nacional; XLVII — Estatuto Nacional; XLVIII — Estatuto Nacional; XLIX — Estatuto Nacional; L — Estatuto Nacional; LI — Estatuto Nacional; LII — Estatuto Nacional; LIII — Estatuto Nacional; LIV — Estatuto Nacional; LV — Estatuto Nacional; LVI — Estatuto Nacional; LVII — Estatuto Nacional; LVIII — Estatuto Nacional; LIX — Estatuto Nacional; LX — Estatuto Nacional; LXI — Estatuto Nacional; LXII — Estatuto Nacional; LXIII — Estatuto Nacional; LXIV — Estatuto Nacional; LXV — Estatuto Nacional; LXVI — Estatuto Nacional; LXVII — Estatuto Nacional; LXVIII — Estatuto Nacional; LXIX — Estatuto Nacional; LXX — Estatuto Nacional; LXXI — Estatuto Nacional; LXXII — Estatuto Nacional; LXXIII — Estatuto Nacional; LXXIV — Estatuto Nacional; LXXV — Estatuto Nacional; LXXVI — Estatuto Nacional; LXXVII — Estatuto Nacional; LXXVIII — Estatuto Nacional; LXXIX — Estatuto Nacional; LXXX — Estatuto Nacional; LXXXI — Estatuto Nacional; LXXXII — Estatuto Nacional; LXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXV — Estatuto Nacional; LXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXV — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXVIII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXX — Estatuto Nacional; LXXXXXXXXI — Estatuto Nacional; LXXXXXXXII — Estatuto Nacional; LXXXXXXXIII — Estatuto Nacional; LXXXX

NÚMEROS REVELAM O DILEMA :

INDÚSTRIA TÊXTIL NORDESTINA: RENOVAÇÃO OU FECHAMENTO

CONSIDERAVELMENTE MAIS BAIXA A PRODUTIVIDADE DAS FABRICAS NORDESTINAS DO QUE AS DO RESTO DO PAIS — PÊSO DO PARQUE TÊXTIL NA ECONOMIA DOS ESTADOS NORDESTINOS — IMPOEM SE PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL

A indústria têxtil no Nordeste — considerada, aqui, a área que vai do Maranhão à Bahia — cuja existência data de várias décadas foi uma das primeiras a sofrer as consequências...

Assim, enquanto o valor da produção têxtil nordestina atingiu o montante de 8 bilhões e 700 milhões, o restante da produção no país ultrapassava a casa dos 55 bilhões e 000 milhões de cruzeiros.

O último inquérito sobre o parque têxtil nacional divulgado pelo Registro Industrial do IBGE refere-se ao ano de 1955. Nêle foram computadas todas as fábricas onde trabalhavam 5 ou mais operários.

Por estas cifras nota-se que a produção de Pernambuco e Paraíba, em conjunto, representa pouco mais de 20% do total da produção do parque nordestino.

O ÚLTIMO CENSO TÊXTIL

O último inquérito sobre o parque têxtil nacional divulgado pelo Registro Industrial do IBGE refere-se ao ano de 1955. Nêle foram computadas todas as fábricas onde trabalhavam 5 ou mais operários.

O NORDESTE E O PARQUE TÊXTIL BRASILEIRO

Como se vê, o censo revelou uma desvantagem enorme para a região nordestina, em confronto com o parque têxtil do resto do país.

PRODUTIVIDADE E CONCENTRAÇÃO FABRIL

Outro aspecto interessante é que o valor da produção de cada Estado do Nordeste não reflete o nível da produtividade por operário, ou a concentração operária fabril.

VALOR DA PRODUÇÃO

Em cada um dos nove estados nordestinos, apesar de considerados para efeito de comparação Nordeste, a indústria têxtil oferece situações diferentes.

PRODUTIVIDADE E CONCENTRAÇÃO FABRIL

Assim, pois, Alagoas, que aparece em quarto lugar no que se refere ao valor da produção têxtil nordestina e Sergipe, cuja produção ainda é menor, já no que se refere ao número de operários por fábrica, se apresentam, no Nordeste, como o primeiro e segundo, respectivamente, na questão da concentração fabril.

IMPUNIDADE E ATÉ CONIVÊNCIA

Que o contrabando e as fraudes são praticados abertamente no país, não constitui surpresa. Há muitos estabelecimentos semi-oficiais e até oficialmente conhecidos como contraban-

dução superior a um bilhão e meio e um bilhão de cruzeiros, respectivamente. Enquanto isso, quatro outros estados — Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia — se apresentavam com uma produção têxtil cujo valor oscilava entre 700 milhões e 300 milhões.

embora nessa média figurem os três no grupo de mais baixo índice de conjunto da produção nordestina.

A PRODUÇÃO TÊXTIL DE ALAGOAS

Na economia do Estado de Alagoas, a indústria têxtil tem um papel de destaque. Ela e a indústria de alimentos são o subconjunto da produção industrial desse Estado, onde aparecem, percentualmente, com a quase totalidade do valor da atividade industrial.

NECESSIDADE DE REEQUIPAMENTO

A consequência inevitável da situação de decadência em que se acha a indústria têxtil nordestina é o fechamento de muitas



Péssimas condições de trabalho, maquinaria obsoleta geram a baixa produtividade que poderá levar ao colapso total a indústria têxtil nordestina. Se providências urgentes não forem tomadas pelo governo federal, milhares de trabalhadores serão lançados ao desemprego de um momento para outro.

das fábricas que compõem o parque têxtil da região — o que se vem verificando em escala alarmante. E não há dúvida de que os poderes públicos tendem voltar os olhos para o problema, inclusive financiando a aquisição de equipamento moderno, em novas empresas criadas às

portas. O que isto representará para o empobrecido Nordeste — do ponto-de-vista econômico, como do social e político — não é difícil de perceber.

Ou será que o Nordeste se verá privado do único parque industrial que possui e que tem alguma significação?

O governo sabe do roubo mas nada faz

Escândalo da Fraude Cambial: Brasil Perde 100 Milhões de Dólares Por Ano

A evasão cambial que vem ocorrendo no comércio exterior do Brasil há cerca de sete anos ocasiona ao Brasil uma perda de mais de cem milhões de dólares por ano.

Apesar disso, não pode deixar de provocar espanto o montante do saque sofrido pelo país de maneira a cerca milhões de dólares por ano.

Apesar disso, não pode deixar de provocar espanto o montante do saque sofrido pelo país de maneira a cerca milhões de dólares por ano.

Apesar disso, não pode deixar de provocar espanto o montante do saque sofrido pelo país de maneira a cerca milhões de dólares por ano.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

NOTA ECONÔMICA

O AÇÚCAR BRASILEIRO É AMARGO PARA CUBA

A questão decorre de um dispositivo dos acordos comerciais vigentes entre Cuba e Estados Unidos. Supostamente em contrapartida de largos privilégios tarifários que Cuba garante aos Estados Unidos, este país garante para Cuba uma taxa fixa de participação nos tratados comerciais entre os dois países.

Advertisement for 'CERA DE CARNAÚBA COMO TORTA DE MANDIOCA' (Carnauba Wax as Cassava Cake) by 'C. A.'. The ad features a large illustration of a woman in traditional dress and text describing the product's benefits for hair and skin.

# 300 MIL PAULISTANOS NA FILA DOS TELEFONES

Telefone em São Paulo é assunto proibido e problema sem solução. Mais de 300 mil pretendentes estão na fila, muitos dos quais há mais de 10 anos, sem conseguir a instalação de um aparelho de tanta utilidade. As transferências solicitadas só são atendidas depois de um ano, se «prioridades», mesmo com assinatura de figurões da administração pública — no caso do próprio prefeito Ademar de Barros — ficam engavetadas. Enfim, o serviço telefônico da Capital Bandeirante encontra-se em completo colapso. Não obstante, sabe-se que a Companhia Telefônica Brasileira, atual concessionária, tem cerca de 10 mil linhas instaladas e prontas para entrarem em funcionamento, mas toma em não atender os pedidos. Alega a empresa que paralisou os serviços por se encontrar sem contrato desde abril de 1956.

Realmente, no mês de abril daquele ano, terminou o contrato firmado entre a Prefeitura e a CTB, pelo prazo de 30 anos. Apesar das afirmações bombásticas de que São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo, e das boas cantadas ao seu progresso material e cultural — o que sem dúvida está acontecendo — os governantes da grande metrópole não tomam nenhuma medida eficaz para pôr cobro aos desmandos do truste imperialista que há mais de meio século presta péssimos serviços a esta tão importante como o das telecomunicações. Este setor se atrasa cada vez mais em relação ao progresso da cidade, causando sérios prejuízos à indústria, comércio e à população em geral.

Está a CTB 4 anos sem contrato com a municipalidade, enquanto a Câmara de Vereadores há 4 anos discute o problema, sem poder resolvê-lo de acordo com os interesses da população, devido às vacilações das bancadas que apoiam o Prefeito e a pressão exercida pela telefônica sobre os vereadores. Durante esse tempo, 8 projetos de lei foram apresentados, dos quais 4 foram rejeitados, 1 aprovado em primeira discussão com 26 emendas, e 3 se encontram atualmente em pauta para que a nova Câmara os enfrente, acabando de vez com as protelações.

## CONTRATO ANTERIOR E CAPITAL

O contrato celebrado em 1926 entre a Prefeitura e a CTB tinha como base as seguintes cláusulas: monopólio da exploração dos serviços por 30 anos, remuneração do capital dentro dos limites da taxa mínima de 8% e máxima de 12% ao ano (serviço pelo custo), reajustamento tarifário de 5 em 5 anos mediante a comprovação da necessidade de tal reajuste, atendimento obrigatório da demanda de telefones, permanente modernização, renovação e ampliação das instalações em consonância com as novas conquistas da técnica, isenção de todos os impostos municipais e taxas de importação do equipamento indispensável à expansão do serviço, livre acesso às escritas da companhia, aos fi-

cais da municipalidade. Rezava ainda o contrato que a violação de qualquer de suas cláusulas sujeitava a empresa a uma série de penalidades, que iam desde as multas até a rescisão do contrato sem indenização.

Foi reconhecido pela Prefeitura, como capital recuperável, US\$ 5.746.174,00 e como depreciável, US\$ 5.043.475,00, correspondente ao ativo da companhia. Importâncias consideradas bastante exageradas pelo sr. Miguel Carneiro Júnior, um dos integrantes da comissão especial da Prefeitura encarregada de fazer a avaliação do capital e do ativo da empresa. Atualmente, a Prefeitura avaliou o acervo da CTB à base de custo histórico, para efeito de encampação se for o caso, em 4 bilhões e 700 milhões de cruzeiros e a CTB, partindo de seus cálculos, em 12 bilhões de cruzeiros.

## VIOLAÇÕES DO CONTRATO E DAS LEIS

Já se tornou bastante conhecido o hábito da CTB e de outros trustes norte-americanos que operam no Brasil, de violarem seus contratos de concessão e as próprias leis de nosso país. Apesar das cláusulas contratuais expostas acima e da existência de leis que regulam a matéria, a CTB jamais as levou em consideração.

Em 1926, quando da celebração do contrato, tinha a CTB instalados pouco mais de 5 mil aparelhos para uma população de cerca de 500 mil habitantes, o que dava uma média de 1 telefone para cada 100 habitantes. Em 1959, tem a companhia cerca de 175 mil aparelhos instalados para uma população de aproximadamente 3,5 milhões de almas, o que dá uma média de 1 telefone para cada 200 habitantes. Como se vê, a CTB não cumpriu suas obrigações contratuais. Se compararmos esses dados com os de duas grandes cidades (Londres, 1 telefone para cada 12 habitantes, e Buenos Aires, 1 telefone para cada 48 habitantes), poderemos sentir melhor a situação de descalabro em que nos encontramos. Em 1926, o déficit de aparelhos em relação ao número de pedidos era de 8 a 10 mil, hoje é de 300 mil. A CTB só se interessou pelos grandes lucros (média de 100 milhões por ano), e não pela população as fayas. Esta provou que a subsidiária da «Brazilian Traction» não se mostrou capaz de arcar com as responsabilidades de executar um importante serviço público. Não obstante, luta desesperadamente para continuar operando no ramo, porque é um negócio rentoso e setor chave do ponto-de-vista da segurança nacional.

O prefeito da Capital, cuja tendência é a de renovar o contrato de concessão com a CTB — neste sentido tem «trabalhado» seus vereadores na Câmara — enviou através da Comissão de Serviços Municipais pedido de informações à companhia sobre quanto tempo ela necessita para atender a todos os atuais pedidos telefônicos. Respondeu a administração da empresa que se obtivessem empréstimos do governo ou com o aval deste, reajuste tarifário, aumento nas taxas de instalação e facilidades para a importação do equipamento, poderia atender, dentro de 12 meses, a todos os atuais pedidos.

## A ARTE DE OBTER LUCROS CAMUFLADOS

As empresas imperialistas que exploram serviços públicos em nosso país, e que para os viciam com milagrosos capitais, nunca mais fizeram novas investidas, nem a não ser através de empréstimos do governo brasileiro, ou com aval deste, empréstimos de suas próprias matrizes, neste caso pagando altos juros para seus próprios cofres, ou ainda, através de constantes aumentos das tarifas. Tais métodos foram revelados com bastante clareza pelo tombamento feito no Rio Grande do Sul nas escritas da CEBRAG, subsidiária da «Bond and Shares».

Essa é a causa principal de seu lento desenvolvimento. Os riquezas criadas pelo trabalho dos operários brasileiros não são reconvertidas em nosso país, mas remetidas para o exterior, sendo

## Reportagem de MOACIR LONGO

Assim, nunca estão em condições de atender o ritmo de crescimento das necessidades, e cumprir com suas obrigações.

No afã de conseguirem lucros fabulosos e remeter os para o exterior lucrando as leis brasileiras, executam manobras de toda sorte e usam os mais variados artifícios. No caso da telefônica, apesar das normas contratuais, jamais foi permitida a entrada de uma comissão de fiscalização da Prefeitura para verificar as escritas da Companhia. Em 1958, a CTB converteu todos os investimentos originalmente escriturados em dólares a taxa de Cr\$ 53,82, estabelecida a critério da própria companhia. Esses investimentos vinham sendo apilados há longos anos e resultam de taxas de conversão de 6, 7, 8, 9 e até o máximo de Cr\$ 20.905 por dólar, sendo que a maior parte dos investimentos decorrem de obras e serviços executados no período de 1946-1952, ao câmbio de Cr\$ 18,22 por dólar. Nos anos seguintes, de 1953 em diante, as taxas cambiais adotadas na contabilização do movimento financeiro da empresa, foram de Cr\$ 30,89 a 53,65 por dólar e atualmente já ultrapassam os 100 cruzeiros por dólar. Com tais passes de mágica, eleva de forma extraordinária e artificialmente o valor dos investimentos, diminuindo a taxa de lucro, encobrindo o verdadeiro montante das rendas líquidas. Assim por baixo do pano, sofre a CTB lucros muito acima da média oficial de 10%, sobre o capital aplicado.

No relatório de 1957, o presidente da «Brazilian Traction-Light and Power» informava aos acionistas o resultado líquido do exercício, que atingiu a soma de US\$ 26.367.403,00, representando um acréscimo de US\$ 9.600.227,00 em relação ao ano anterior. Apesar dessa enorme lucro líquido distribuído em forma de dividendos aos acionistas do grupo e o incremento observado em relação ao ano anterior, queixavam-se o magnitude que «resistiu-se o serviço telefônico de tarifas inadequadas impossibilitando a expansão nos moldes que seria desejável». Reconhecia, entretanto, a «importante melhoria obtida no setor de telecomunicações», com a instalação do sistema de microondas, entre Rio, São

Paulo, Campinas e Santos. A permanente pressão feita pela CTB, no sentido de conseguir aumento de tarifas, deu resultado. O governador Janista Carvalho Pinto, desistindo servidor do «Grupo Light», decretou em junho de 1959 o aumento de 65,7% nas tarifas para as chamadas interurbanas e 33,1% nas tarifas para o município da Capital. Mesmo sem contrato, a CTB não abre mão dos aumentos tarifários, mas toma como pretexto a falta de contrato para paralisar toda a expansão do serviço e justificar seus crimes e desprézo para com a população.

## SOLUÇÃO JUSTA PARA O PROBLEMA

Com o término do contrato, surgiu com maior agudeza o problema de como continuar o serviço de forma a acompanhar o progresso da cidade e satisfazer os interesses da população. Partindo disso, era evidente que não seria possível renovar o contrato com a telefônica, porque a exploração já havia mostrado a sua incapacidade. Terminado o contrato, o prefeito Wladimir de Toledo Piza enviou mensagem à Câmara Municipal acompanhada de projeto de lei, pedindo a abertura de concorrência pública para os serviços telefônicos. Entretanto, este projeto não estabelecia normas para um novo contrato com a futura concessionária que viesse a concorrer. A mensagem do Executivo não foi bem recebida.

O vereador João Louzada apresentou substitutivo, autorizando a Prefeitura a encampar a CTB e passar o serviço para as mãos do poder público municipal em forma de monopólio. Induía o substitutivo os meios para realizar a operação de expropriação dos bens da companhia, que deveriam ser avaliados à base de custo histórico. Apesar de contar com o apoio das organizações mais representativas da população da Capital e a simpatia dos vereadores, essa solução foi considerada inviável. O vereador André Nunes Júnior apresentou novo substitutivo estabelecendo o princípio da concorrência e expondo as bases para um novo contrato com a empresa vencedora. A CTB passou a combater todos esses projetos e conseguiu de seus testas-de-ferro, vereadores Norberto Mayer Filho, pri-



Paisagem rara na paulicéia de hoje. A CTB abandonou completamente a capital paulista, a cada dia que passa com um déficit cada vez maior de telefones.

meiro, e, em seguida, o vereador Ernando Mercatelli, encaminhou substitutivos que pediam pura e simplesmente a renovação do contrato, com a inclusão de cláusulas que elevavam de forma brutal as taxas de instalação dos aparelhos (de 2.700 cruzeiros para 34.000 cruzeiros), e as tarifas. Criavam ainda um chamado «fundo de expansão» à base do qual toda expansão do serviço seria feita por conta dos usuários.

Após duras batalhas no plenário da Câmara e em reuniões redondas com as organizações populares, operárias e estudantis e manifestações de rua, os vereadores rejeitaram os projetos entregues e aprovaram por expressiva maioria em primeira discussão, o projeto André Nunes, abrindo concorrência pública para exploração dos serviços telefônicos, e mais 26 emendas ao referido projeto, tornando-o muito mais completo.

No final da legislatura, já no período de sessões extraordinárias, a CTB apresentou através do vereador Alfredo Trindade um projeto que não mudava uma vírgula do que já haviam decidido derrotados anteriormente, agora com a cobertura da Fiap e Ciap. O vereador Mário Câmara apresentou substitutivo anexado à Companhia Municipal dos Te-

lefonos, que tem o apoio das entidades sindicais, populares e estudantis. O vereador Rubens do Amaral entrou como substitutivo que abra concorrência pública para os serviços telefônicos com o apoio da Sociedade Amigos da Cidade, Esperança e CTB aprovar seu projeto, certa de que contaria com os vereadores que não se realcearam a base de algumas concessões. Graças à exiguidade de tempo e à posição patriótica de alguns vereadores que obstruíram os trabalhos, não foi votado nenhum dos projetos, ficando tudo no mesmo pé.

Do ponto-de-vista legal, encontra-se em pauta idêntico um projeto já aprovado em primeira discussão. Trata-se do apresentado pelo vereador André Nunes, com as emendas também aprovadas, devendo portanto renovar para a segunda discussão. Os outros 26 projetos foram colocados em pauta ilegalmente.

Cabe agora à Nova Câmara a tarefa de solucionar o problema não de acordo com os interesses da CTB, mas de acordo com os interesses da população. Neste sentido, a melhor solução para um serviço público de tal importância seria a encampação da atual concessionária e a criação de uma empresa estatal para solucionar de vez o problema dos telefones.

## NAO É MERA COINCIDENCIA

Na semana passada foi divulgado um relatório de general Cabell, subdiretor do Serviço Secreto Militar dos Estados Unidos, apresentado em novembro ao Senado norte-americano sobre a suspeita de «infiltração» comunista na América Latina. O relatório, além de fazer provocações contra Cuba e Venezuela, acusa o Instituto Superior de Estudos Brasileiros de estar dentro da «conspiração soviética» no continente. A acusação ao ISEB, como a qualquer instituição ou grupo latino-americano, nada tem de original ou que mereça comentário, uma vez que se trata de simples justificativa para aumentar as atividades de espionagem e propaganda imperialista em todo o mundo, e muito interessante, porém, assinalar que a provocação do general norte-americano foi feita exatamente na mesma época em que no Brasil era encenada uma vasta campanha contra o ISEB, principalmente pelo «O Globo» e o sr. Jorge Behring de Mattos. Como se vê, trata-se de uma coincidência bastante suspeita para ser mera coincidência...

Você sabe o que é

### O DESARMAMENTO TOTAL?

LEIA

Uma viagem histórica:

KRUSCHOV NOS ESTADOS UNIDOS

NAS BANCAS DE JORNAL A Cr\$ 20,00

Publicação da

### EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

Rua Juan Pablo Duarte 50, sobrado — Caixa Postal, 165

Telefone: 22-1613 — RIO DE JANEIRO

28 de Fevereiro—8 de Março 1960

## A FEIRA DE LEIPZIG

Feira Técnica e Feira de Amostras

O centro comercial dominante entre Leste e Oeste

O reflexo dos progressos técnicos

9500 expositores de 50 países

Visto gratuito para a visita da feira. Comunicações aéreas diretas. Redução da tarifa por Estradas de Ferro. Prospectos em fôdas as agências internacionais de viagem e turismo.

Convites Oficiais de Identificação para visitar a feira poderão ser obtidos:

Representação Comercial da República Democrática Alemã no Brasil

Rua Senador Verguelo, 50 - 12.º andar - Flamengo — RIO DE JANEIRO

Mais informações, indicação de firmas fornecedoras, etc., por Leipzig Messeamt • Holnstrasse 18a • Leipzig (L) REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

## RECRUDESCE A BATALHA PELO AUMENTO DE 100%

# PROFESSÔRES DENUNCIAM: LUCROS DAS ESCOLAS SÃO ASTRONÔMICOS!

Estamos firmes na luta pela conquista do aumento salarial de 100% e de maneira alguma aceitaremos os 35% oferecidos pelos proprietários das escolas — declarou o reportagem de NR o professor Bayard Boiteux, presidente do Sindicato dos Professores, a propósito da campanha que vem sendo desenvolvida pela entidade e que visa à valorização e à dignificação profissional do magistério no Distrito Federal, classe atualmente espoliada nos seus mais elementares direitos, recebendo salários muito aquém do justo e razoável.

## DENUNCIANDO MANOBRA

«Os proprietários e colégios — acrescentou o professor Boiteux — para justificar o aumento das anuidades para 1960, estão enviando circular aos pais de alunos e através da qual afirmam que a elevação que pretendem ao destino a atender ao aumento de vencimentos dos professores».

«O que vemos com isso acrescento — é incompatibilizar os mestres com os pais de alunos. Babemos, porém, que a nossa pretensão é perfeitamente jus-

ta e pode ser atendida sem a necessidade de se onerar mais ainda as despesas da família carioca com a educação dos filhos».

Revelou ainda o professor Boiteux, que o Sindicato está preparando uma relação dos colégios particulares cujo aumento ultrapassam os 100%: o Colégio Rio de Janeiro, por exemplo, que cobrava nove mil cruzeiros em 1959 e passou a cobrar vinte mil em 60 (111%) mais que no ano anterior.

## COMISSÃO DE INQUÉRITO E GREVE

«Levando-se em conta que tal aumento não é proporcional à majoração salarial — adiantou mais — ele permitirá um reajustamento na base de 300%».

Em deliberação do aumento de 100%, os professores irão até a greve, retardando a abertura das aulas, e também tomarão todas as medidas para denunciar ao público os lucros extraordinários dos tubarões do ensino.

A esse respeito, declarou, o professor Boiteux que «os dados comprovados da denúncia estão em poder dos professores e demonstram, de modo inequívoco e inofismável, o crime dos proprietários de colégios particulares contra a bolsa do

povo e a dignidade profissional da classe, esbulhada e recebendo salários ridículos e aviltantes».

Outra das medidas a serem tomadas pelos mestres em sua luta, apresentou o presidente do Sindicato, será a da exigência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder a uma devassa nas escritas dos colégios, a fim de que seja demonstrada a exatidão da denúncia sobre os lucros astronômicos auferidos pelos estabelecimentos de ensino particulares.

«Uma vergonha permitisse que os donos de colégios particulares continuem a espoliar o povo, enquanto uma professora primária que leciona em estabelecimento particular recebe três mil cruzeiros mensais por cinco horas diárias de aula — um fim o presidente do Sindicato».

## AUMENTO DECIDIDO

Por outro lado, a srta. Estefânia Helmond, presidente do Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino, afirmou taxativamente que «o aumento das anuidades é coisa praticamente decidida e mais que os proprietários de colégios não recorrerão da oferta de 35% de aumento já feita aos professores».

A atitude absurda dos donos de colégios reflete a preocupação de não diminuir seus gordos lucros, arrancados da bolsa do povo em nossa indústria do ensino.

## GOVERNO SE OMITE

O governo a tudo faz vista grossa, permitindo esse aumento sem mesmo ter sido consultado e mantendo uma atitude de indiferença num problema que afeta milhões de jovens, impedindo-os de estudar.

Acham-se os tubarões em reunião permanente, reafirmando o propósito de elevar as anuidades escolares e para esse fim criaram um Serviço de Relações Públicas, que terá por finalidade «defender a causa dos diretores de colégios, através dos jornais, esclarecendo a opinião pública sobre o que realmente se passa no setor de ensino». Para a manutenção do S.R.P. ficou resolvido que cada diretor de colégio contribuirá com importâncias que variam de mil a dez mil cruzeiros.

Em face da intransigência dos proprietários de colégios, não resta outro recurso aos professores se não recorrerem à greve, a fim de fazer valer seus direitos.



# A Propaganda e a Construção do Comunismo

(Trecho da Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, adotada em sua última reunião)

Publicada a 10 de janeiro no "Pravda", reproduzimos abaixo alguns trechos da Resolução do Comitê Central do PCUS sobre os problemas atuais da propaganda partidária. O documento, que se estende em minuciosa análise do modo pelo qual se desenvolve essa propaganda, seus principais êxitos e debilidades, embora tratando de questões particularmente locais, soviéticas, apresenta múltiplos aspectos que nos podem ser de grande utilidade.

Referindo-se à necessidade vital de todo cidadão soviético conhecer e dominar a política do Partido, o documento assinala que ela decorre principalmente de quatro fatos:

Em primeiro lugar, porque a realização do programa de construção do comunismo, a conquista da abundância de

bens materiais, depende diretamente da elevação do nível de consciência dos trabalhadores.

Em segundo lugar a medida em que se desenvolve a democracia socialista e em que o estatismo socialista se transforma em auto-administração social comunista, a persuasão e educação das massas se tornam, cada vez mais, o método básico de regulamentação da atividade da sociedade soviética.

O terceiro fato é a formação do novo homem com caráter, hábitos e moral comunistas, homens em cuja consciência estejam liquidadas todas as sobrevivências do capitalismo.

Finalmente, o documento assinala que a coexistência pacífica não é fator de enfraquecimento da luta ideológica.

...a diante do trabalho, lutar pela realização prática do princípio "quem não trabalha não come", batalhar contra os preguiçosos e parasitas que querem viver às custas da sociedade, não lhe dando em troca.

Não se divulgaram suficientemente as medidas postas em prática pelo Partido nos últimos anos, pouco se divulgou a experiência acumulada na produção industrial e agrícola.

A atividade propagandística não tem sido especificada, não leva em conta as

condições locais, nem as particularidades profissionais, culturais, nacionais, etc., das diversas camadas da população.

A intensificação da propaganda do modo de vida capitalista e da ideologia reacionária do cosmopolitismo não temos oposto como é necessário as vantagens do socialismo, as grandes conquistas da URSS, com a finalidade de educar os cidadãos soviéticos no espírito do patriotismo e do orgulho nacional. Algumas organizações não dão a importância devi-

da às questões da educação dos trabalhadores no espírito do internacionalismo socialista, da amizade entre o povo, da fraternidade em relação às sobrevivências de nacionalismo burguês, à restauração e implantação artificial, sob o cunho das "tradições nacionais", de usos e costumes absolutos e reacionários, as menores tentativas de contrapor "interesses" locais, falsamente compreendidos, aos interesses gerais ligados à luta do povo soviético em prol do comunismo.

## Pequena esfera de influência

Há todas as condições para ampliar os limites da propaganda, fazendo-a alcançar todas as camadas da população. Todavia, as organizações partidárias não as utilizam a contento.

O sentido básico da propaganda volta-se, como antes, principalmente para os membros e candidatos a membro do Partido, aos ativistas sem partido e aos intelectuais.

Raramente são tomadas medidas de massas e, muitas vezes, essas são de baixo nível. Meios de propaganda como a imprensa, rádio, televisão, clubes, bibliotecas e outras instituições culturais e educativas, assim como as melhores obras literárias e de arte, não são bem utilizados na atividade de educação ideológica. Nem todas as organizações

culdam de educar propagandistas hábeis, que achem sua profissão, e de elevar seu nível teórico e mestria metodológica. E por isso que encontramos, frequentemente, nos discursos de propaganda o estigma da mediocridade, aridez e inexpressividade, que em nada contribuem para empolgar os ouvintes.

## Ensino isolado da vida

O Comitê Central do PCUS considera que muitas falhas no conteúdo da propaganda partidária se explicam por certo atraso das representações das ciências sociais em relação à prática da edificação do comunismo e dos objetivos do trabalho ideológico. Muitos economistas, filósofos, historiadores e outros cientistas não superaram os elementos de dogma-

tismo, não tomam atitude audaz e criadora, em relação à vida e à experiência acumulada pela luta de massas, pouco elaboram os problemas atuais, teóricos e práticos, além de muitas vezes serem prisioneiros de uma problemática obsoleta e estéril.

Os Institutos de ciências sociais da Academia de Ciências da URSS, o Instituto

de Marxismo-Leninismo e suas filiais, a Academia de Ciências Sociais e a Escola Superior do Partido, assim como muitas revistas teóricas e muitas cátedras de ciências sociais dos estabelecimentos do ensino superior, continuam pouco ligados à vida das organizações partidárias e nem sempre ajudam, ativa e criativamente, na realização do trabalho ideológico.

## Superficialidade e auto-suficiência

Certo comitês partidários e suas seções de propaganda e agitação se deixam arrastar por aspectos superficiais do trabalho, levando em conta principalmente a quantidade de tarefas realizadas e não os seus resultados.

Em muitos casos os dirigentes do Partido, dos soviets e da economia não dedicam a necessária atenção à educação dos trabalhadores no espírito comunista, a pretexto de terem alcançado índices em geral satisfatórios na atividade econômica da região, distrito ou empresa.

Alguns dirigentes não lu-

tam com pertinência contra a ideologia estranha, não rechaçam devidamente as manifestações de nacionalismo, cosmopolitismo e apolitismo, assumindo posição passiva e defensiva em relação à ideologia religiosa, idealista, hostil ao marxismo-leninismo. Não reagem com vivacidade e muitas vezes se atrasam na reação contra os casos de violação da disciplina no trabalho e dos princípios da moral comunista, comportando-se conciliatoriamente em relação às sobrevivências do passado na consciência dos cidadãos soviéticos.

Muitos dirigentes não pertencem possivelmente à atividade propagandística, esquecendo-se de que o trabalho tem por elevar seu próprio nível ideológico e teórico, as relações diárias e estreitas com os homens, o esclarecimento ativo das massas quanto as idéias do marxismo-leninismo e a mobilização dos trabalhadores para a realização da política do Partido são qualidades e deveres importantes e inseparáveis de todo comunista e, muito mais, de todo dirigente comunista.

## Luta ideológica intensa

Depois de expor minuciosamente as tarefas fundamentais dos propagandistas, o documento ressalta ser condição indispensável para melhorar a direção da propaganda partidária a seleção, distribuição e educação acertadas dos quadros. Além dessa melhoria, é necessário promover com maior audácia quadros jovens e capazes. A propaganda partidária, prossegue a Resolução, a educação política e a tempera ideológica dos comunistas

e de todos os trabalhadores são deveres importantíssimos, em primeiro lugar dos dirigentes do Partido. Cabe-lhes conhecer profundamente, estudar e participar pessoalmente do trabalho de propaganda, dando exemplo de elevação do nível ideológico e de assimilação do marxismo-leninismo. É preciso conseguir que a vida ideológica seja intensa em todas as organizações partidárias.

O Comitê Central do PCUS está firmemente convencido de que as organizações partidárias conseguirão intensificar, em toda a parte, o trabalho ideológico conseguindo que a divulgação das idéias do marxismo-leninismo chegue ao nível das necessidades atuais, servindo frutuosamente à educação comunista dos trabalhadores e à luta pela vitória do comunismo.



## GOVERNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO

Resposta ao leitor Afonso Tavares (Bonsucesso - Distrito Federal).

O leitor Afonso Tavares, residente em Bonsucesso, nesta capital, manda-nos uma carta fazendo algumas considerações em torno da luta pela conquista de um Governo nacionalista e democrático. E sugere que tratemos também do assunto, através desta seção.

A conquista de um Governo nacionalista e democrático para o novo país, palavra-de-ordem lançada pelos comunistas, é o objetivo a que, nas atuais circunstâncias, se subordina a atividade política da vanguarda do proletariado e, em geral, das forças nacionalistas e democráticas do Brasil. A formação de tal Governo, pelas tarefas a que deve se propor e pela orientação que deve seguir, corresponde às exigências, na presente etapa da luta pela emancipação nacional e pelos interesses democráticos do povo.

De modo esquemático, estas tarefas podem ser assim formuladas: política exterior independente e de paz; desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; elevação do nível de vida do povo; consolidação e ampliação da legalidade democrática. São, como se vê, medidas que, constituindo pontos essenciais de uma plataforma patriótica e democrática, podem ser levadas à prática sem que se torne necessária uma nova ordem constitucional, um novo regime.

Qual o instrumento que permitirá a conquista de um tal Governo? Este instrumento é a frente única de todas as forças nacionalistas e democráticas, cujo núcleo deve ser a unidade da classe operária e das massas trabalhadoras. Quanto mais ampla, forte e atuante for a frente única tanto mais próxima e real será a perspectiva de se conseguir a formação de um Governo nacionalista e democrático. As possibilidades de ser criada e constantemente ampliada esta frente única não só existem concretamente, como têm uma enorme vastidão. Isto porque os objetivos de um Governo nacionalista e democrático, cuja justiça não pode ser contestada seriamente por ninguém, interessam a todo o povo e permitem que em torno deles se unam todas as forças que desejam honradamente o progresso do país e as liberdades democráticas. Ganha, para a frente única o maior número possível de brasileiros e, desse modo, uma tarefa primordial de todos os lutadores nacionalistas, em particular dos militantes comunistas, onde quer que trabalhem, estudem ou residam.

Em que direção deve atuar a frente única, a fim de que os seus esforços contribuam eficazmente para a instauração de um Governo nacionalista e democrático? Tendo-se em conta a existência do atual Governo, que se caracteriza por uma política de conciliação com o imperialismo e por sua composição heterogênea, em virtude do que os postos-chave estão confiados tanto a entreguistas como a nacionalistas, a luta deve consistir no combate cerrado aos atos que lesam os interesses nacionais (e estes não têm sido poucos) e na pressão de massas, a fim de serem afastados do Governo os entreguistas e inimigos do povo e substituídos por homens identificados com as aspirações nacionalistas e democráticas das grandes massas. É necessário ressaltar que nem sempre a luta pela mudança da composição do Governo, com o afastamento dos elementos entreguistas, tem sido feita com a energia e a constância indispensáveis. Entretanto, este precisamente é o caminho, em face de um Governo como o atual, para que se possa chegar às radicais mudanças de orientação política reclamadas pelos interesses da nação. A conquista de um Governo nacionalista e democrático só poderá ser uma realidade no instante em que não mais estiverem à frente de postos decisivos do Estado verdadeiros agentes dos interesses imperialistas como Armando Falcão, Humberto de Melo, Amador Teixeira e outros políticos desta tipo.

## Êxitos da propaganda

Analisando o trabalho ideológico em vários centros e repúblicas da URSS, a Resolução conclui que as organizações partidárias reorganizaram, nos últimos anos, com muito proveito, a propaganda partidária.

Tomaram-se várias medidas para eliminar o dogmatismo e a falta de espírito crítico, deficiências que, sob a influência do culto à personalidade, estenderam-se amplamente, causando sérios prejuízos à educação ideológica.

Outra situação anormal que o PCUS procurou corrigir foi a de estar a propaganda voltada unicamente para o passado, estudando-se, durante anos, quase que apenas o período anterior à Revolução, o que não permitia assimilar-se a experiência da luta do povo soviético pela vitória do socialismo e não ajudava a compreender as questões atuais da teoria e da política do Partido.

Novas formas de trabalho possibilitaram a elevação do nível de formação econômica dos quadros, o que se refletiu de modo positivo sobre a direção das empresas, colheitas e sonecas.

A crítica à ideologia burguesa e ao revisionismo, que se fez sentir acentuadamente nos últimos tempos, tornou-se mais ativa e profunda.

Acumulou-se, enfim, uma experiência multilateral de trabalho ideológico, os propagandistas se tornaram mais eficientes em virtude da melhoria de sua qualificação teórica e metodológica e se revigorou sensivelmente a base material da propaganda partidária.

Ainda há, contudo, sérias deficiências.

Houve um novo impulso na divulgação e no estudo das obras de Marx, Engels e Lênin e das resoluções dos Congressos e Planos do Comitê Central do PCUS. Além disso, foram editados inúmeros livros que generalizam a prática de construção do socialismo, e os jornais e revistas melhoraram a propaganda da teoria e da política do Partido.

Novas formas de trabalho possibilitaram a elevação do nível de formação econômica dos quadros, o que se refletiu de modo positivo sobre a direção das empresas, colheitas e sonecas.

A crítica à ideologia burguesa e ao revisionismo, que se fez sentir acentuadamente nos últimos tempos, tornou-se mais ativa e profunda.

Acumulou-se, enfim, uma experiência multilateral de trabalho ideológico, os propagandistas se tornaram mais eficientes em virtude da melhoria de sua qualificação teórica e metodológica e se revigorou sensivelmente a base material da propaganda partidária.

Ainda há, contudo, sérias deficiências.

## Desligamento da realidade

Frequentemente muitas organizações partidárias esquecem que o sentido do trabalho de propaganda é expresso em resultados concretos nesse ou naquele setor da construção do comunismo, que a luta pela criação da base material e técnica do comunismo é parte inseparável da atividade ideológica. O próprio sucesso do trabalho de educação ideológica depende do desenvolvimento da base material da sociedade e só no transcurso da luta pela solução das tarefas práticas pode-se educar o homem comunista.

A propaganda oral e impressa ainda faltam orientação concreta e esforço cons-

tante visando a um fim determinado, apresentando muitas vezes caráter abstrato, puramente instrutivo. Limita-se a apelos e lemas de sentido geral, afastando-se dos problemas agudos que atuam vivamente sobre o espírito das massas populares. Amplitude, as idéias do comunismo chegam às massas com forma abstrata, em vez de apresentar objetivos concretos, definidos. Insiste-se na memorização mecânica de fórmulas livrescas e não no entendimento criador da essência da teoria marxista-leninista e na luta por dar realidade aos ideais comunistas. O que se faz necessário é educar a atitude comu-

## HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

«O oportunismo aberto, que repete de supetão a massa operária, não é tão temível nem tão nocivo como essa teoria do meio termo, que justifica a prática oportunista em ditos marxistas, que demonstra com uma série de sistemas a inoportunidade das ações revolucionárias, e assim por diante».

Lênin escreveu estas palavras em 1915, caracterizando a corrente oportunista centrista, conciliadora, que acabou por avulsar a social-democracia e o movimento operário na Alemanha e no Ocidente europeu, às vésperas da deflagração da primeira guerra imperialista mundial. E acrescentou, como se estivesse escrevendo, naqueles momentos, com o generoso sangue proletário que borrava, abundante, no tremendo sacrifício: «O mais destacado representante desta teoria... Kautsky, mostrou-se um hipócrita de primeira ordem e um «virtuoso» da prostituição do marxismo».

Era a verdade. Como o próprio Lênin depois mostraria em sua notável obra «O Estado e a Revolução», Kaut-

sky durante longos anos, sob as aparências da luta contra o revisionismo de Bernstein, de fato manteve e alimentara o oportunismo nas fileiras da social-democracia alemã e internacional.

Kautsky fora discípulo de Engels, logo revelou grande talento em sua atuação partidária. Economista e historiador de mérito, todos nele reconheciam, após a morte de Engels, o mais eminente teórico marxista da época. Como explicar que tive-se evoluído para as posições do oportunismo, que se houvesse convertido no seu mais destacado inspirador e chefe, precisamente quando se aproximava um novo período de auge revolucionário na Europa?

Engels sempre pu o em guarda os socialistas, particularmente os alemães, contra o que ele chamou de «respeito supersticioso pelo Estado». E o fato é que Kautsky foi incapaz de ter em conta este conselho sábio de seu mestre. Não assimilou jamais, teoricamente, a fecunda experiência da Comuna de Paris e, por isso

## Os operários alemães são traídos por Kautsky & Cia.

mesmo, teve sempre convicções falsas e afinal uma posição evasiva sobre o problema fundamental do Estado, da ditadura do proletariado.

«Dessa posição evasiva, — afirma Lênin — resulta inevitavelmente a passagem por completo ao oportunismo». E isso com tanto maior razão porque as condições objetivas da época, — época de passagem da coroa, na Europa Ocidental, das revoluções nacionais e burguesas ao início das revoluções socialistas, — geravam e alimentavam o oportunismo.

Não será mau que o leitor saiba que o germe oportunista de Kautsky passou despercebido de todo mundo por muito tempo. O próprio Lênin evidentemente confessou o fato em relação a si mesmo, ao dizer mais tarde, em 1917, que «... em suas polêmicas com os oportunistas em sua maneira de apresentar e de tratar o problema, observamos agora (o

grifo é do autor destas notas), ao estudar a história da recente tração ao marxismo por parte de Kautsky, um desvio oportunista sistemático precisamente no que se refere à questão do Estado».

Ainda em 1900, Kautsky, em seu trabalho «O caminho para o poder», depois de mostrar que a guerra mundial se aproximava com rapidez empenhosa, dizia: «O proletariado já não pode continuar falando de revolução prematura... Entramos no período revolucionário. Não é difícil compreender que tais palavras cassem fundo nas massas do Partido e nas fileiras do proletariado alemão em franca ascensão revolucionária. Kautsky e os que o acompanhavam na direção do Partido ganhavam, assim, prestígio.

A ala esquerda radical, com R. Luxemburgo, Clara Zetkin, Karl Liebknecht (filho do velho Liebknecht, que morrera em 1900), Wilhelm Pieck e ou-

tros, não tinha, apesar de seus méritos, capacidade para localizar a fundo os erros dos centristas e desmascará-los. Eles próprios, aliás, adotavam posições falsas em questões básicas como a do papel do Partido (Re achava que o Partido é o portador da missão histórica do proletariado, porém não o chefe e organizador da revolução...), a do campesinato (no qual não reconheciam o aliado da classe operária na revolução), etc. Bebel, de sua parte, atribuía significação exagerada às próprias opiniões, que considerava marxistas e comprovadas por seus longos anos de luta. Não via que a situação impunha novos métodos e formas de luta e assim, malgrado seu, ocupava posições centristas, ajudada de fato o centrismo em vez de combatê-lo.

Pode-se avallar a confusão lançada em todo o movimento quando, no Congresso de Iena, em 1911, Kautsky declarou abertamente que o centro

de gravidade de todo o processo político se achava no Reichstag, que a única arma eficaz da luta de classe eram os combates parlamentares... «O fim de nossa política, — dizia taxativamente num artigo, — continua sendo, como até agora, a conquista do poder governamental através da obtenção da maioria no parlamento e da transformação deste num organismo a que se ache subordinado o governo». Fazendo o contraponto deste palavreado profundo, o governo grande-burguês-junker espalheirava os operários em greve, dissolvia a pata de cavalo as demonstrações de rua e ultimava os preparativos para sufocar o ímpeto revolucionário das massas na guerra imperialista...

Em vão a ala esquerda abriu fogo contra Kautsky. Os centristas empolgaram de vez o Partido, desarvorado teórica, ideológica e politicamente, e converteram em simples propugnador de medrosas reformas a reboque da burguesia. Aliados à burocracia dos sindicatos, — que foram, desde o Con-

gresso de 1906, considerados «independentes» do Partido e «não menos importantes que o próprio Partido», — os centristas, encabeçados por Kautsky, arrastaram amplos setores politicamente confundidos do proletariado para a aliança espúria com as massas pequeno-burguesas chovinizadas. Em nome da «necessidade de não afugentar a pequena-burguesia», o Partido adotou, nas eleições de 1912, a palavra de ordem de «igualdade de direitos de todas as potências às colônias!...» Assim conseguiu quatro e meio milhões de votos, elegeu 110 deputados. Destes, como se sabe, só dois, — Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, — honraram seus mandatos, votando contra os créditos de guerra.

O glorioso proletariado alemão, sem um partido revolucionário capaz de dirigi-lo e organizá-lo, continuou, por cima de tudo, a lutar bravamente, às cegas, contra a reação. Até ser lançado, como carne de canhão, na grande chacina empreada pelos senhores do capital.

O ESCANDALO DA «PORT OF PARA»

Um Grupo Estrangeiro Toma do Congresso o Direito de Fazer Lei

No escândalo da «Port of Para» haveria duas histórias para contar. A primeira delas seria a história mesma do escândalo; de como uma empresa imperialista conseguiu levar os cofres públicos em 25 mil contos-ouro do início do século, e depois através dos decênios, conseguiu que este roubo fosse esquecido e, mesmo, servisse de justificativa para um novo e mais espetacular assalto ao patrimônio nacional. A segunda história mostraria as razões pelas quais a imprensa «sadia», tão pouco zelosa dos interesses nacionais quando estes estão em choque com o imperialismo norte-americano (e agora mesmo temos o escândalo, muito mais viloso, da venda dos bens da «Ferro-Carril Jardim Botânico», que a Light se comprometeu a entregar à Prefeitura, e ao qual a «sadia» não faz a mínima referência), se joga com grande avidez neste caso da «Port of Para», fazendo o jogo oposicionista às custas do decadente e desdentado imperialismo francês.

Francês, em nome dos acionistas da empresa. Mas, na realidade, a história começa com o nosso século. Em 1904, o cidadão Persival Farquhar transferiu para um grupo capitalista estrangeiro a concessão que lhe fora dada pelo Governo brasileiro para executar e explorar as obras do porto de Belém do Pará. Foi então organizada a Companhia «Port of Para», sociedade anônima sediada no Estado do Maine, Estados Unidos, que passou a responder como concessionária do porto de Belém.

O contrato original da concessão estipulava uma remuneração equivalente a 2% do valor das mercadorias entradas no porto, para a concessionária. Agindo, entretanto, por meio de «pistoleiros», que já à época existiam, no Rio a «Port of Para» conseguiu fraudar esta determinação contratual, da maneira que a sua arrecadação lhe fosse entregue, não pelo porto de Belém, mas pela Caixa Especial dos Portos, órgão do Governo Federal, e quando os recursos da caixa não bastassem, pelo Tesouro Federal, o que só pode ser feito por lei especial do Congresso, e conseguiu também que o sistema de remuneração contratual, de 2% sobre o valor das importações pelo porto de Belém, fosse mudado para 8% sobre o capital da empresa; e conseguiu ainda que ao seu capital fosse fixado um valor fictício, superestimado, para efeito de cálculo da remuneração, em 81 mil contos, quantia extraordinária na época.

O Congresso Nacional passou então a votar, cada ano, uma verba orçamentária destinada a cobrir aquele desvio ilegal de fundos públicos para a «Port of Para». Assim foi feito, sem que ninguém protestasse, até

1921 quando Epitácio Pessoa deu com a coisa e achou que era demais. Determinou que fosse suspenso o pagamento não devido, e que a «Port of Para» devolvesse aos cofres públicos tudo o que havia recebido além do seu direito.

UM PROCESSO «ENGAVETADO»

A concessionária estrangeira, com requintes de cinismo, recorreu à Justiça, que lhe negou o direito de continuar recebendo fora do estipulado no contrato, mas tampouco autorizou o Governo a exigir da empresa a devolução do que lhe fora pago em excesso. Tanto a «Port of Para» quanto o Governo, insatisfeitos com a decisão judicial, recorreram para o Supremo Tribunal Federal.

Segundo os cálculos divulgados por Epitácio Pessoa, a «Port of Para» recebera indevidamente dos cofres públicos um total de 25 mil contos-ouro, o que, na época, se traduzia em 307 milhões de contos de réis e, hoje, se traduziriam em bilhões de cruzeiros. O vulto da pendência, entretanto, não impediu que ela fosse esquecida, desde então, nos arquivos do Supremo Tribunal.

Houve então um período de relativo rescesso na questão, que durou até 1940. Nesta data as ações desmoralizadas da companhia já haviam passado de mão em mão, no mercado internacional, até caírem, em sua maioria, em poder de grupos especuladores da Bolsa de Paris, ligados ao Governo francês, que as adquiriram por um nada, na esperança de conseguirem por elas um bom negócio, fazendo uso da pressão de sua Embaixada no Brasil.

Assim começou a longa história da intervenção francesa em favor dos donos das ações da «Port of Para». Era uma intervenção absurda do ponto-de-vista jurídico, uma vez que a sociedade «Port of Para», norte-americana, nada tinha a ver com a França e, mesmo se tivesse, não cabe a um Governo o direito de agir em nome de uma empresa privada, que deve obediência a outro Governo. Mas poucos são os que ainda tem ilusões de que o imperialismo espera justificativas jurídicas para agir.

Na próxima semana, veremos como se desenvolveu, com a omissão e a cumplicidade do Itamarati, esta indecorosa ingerência francesa nos negócios internos do Brasil.

LEOPOLDINA COM LOTT



Com a presença de grande massa popular, realizou-se sábado último, na praça das Nações, em Bonsucesso, o comício programado pelos comitês nacionalistas Lott-Jango da zona da Leopoldina. Falaram neste ato os sr. Anfilóbio Francisco de Araújo, José Ribamar, José Frejat (vareador), Atualpa Pereira, Euclides José Batista, Fontes Romera e d. Antônia Barbosa (foto). De modo geral, os oradores acentuaram a necessidade de ser eleito há 3 de outubro um governo nacionalista, que contenha a carestia da vida, limite a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras, promova medidas de reforma agrária e assegure as liberdades democráticas, pontos que figuram na plataforma do Marechal Lott. Vários oradores protestaram contra

a aprovação pela Câmara da lei de reforma do ensino, tal como exigiam os proprietários de colégios particulares. Lembrando que o Marechal Teixeira Lott, em várias oportunidades, já se pronunciou a favor da instrução pelo Estado, condição para que o ensino em nosso país deixe de ser um privilégio dos ricos. Também sábado último, na Vila Panamericana (ilha do Governador), realizou-se um ato de propaganda da candidatura Lott. O comitê nacionalista local promoveu uma batalha de confetis, com a participação de escolas de samba e blocos carnavalescos. Toda a Vila Panamericana foi ornamentada com cartazes e faixas alusivos às candidaturas Lott e Jango. Houve a participação de enorme massa popular.

UMA LEI FALSIFICADA

Para as manchetes da imprensa a história da «Port of Para» começou outro dia, quando o Consultor-Geral da República, dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, num gesto de brio patriótico, recusou um convite do Presidente da República para ser advogado da União, na arbitragem internacional aceita pelo Governo para decidir sobre uma indenização reclamada pela

UMA VITÓRIA DA DEMOCRACIA

PEDRO POMAR

A realização da Primeira Conferência Sul-americana pró-anistia aos presos e exilados políticos da Espanha e de Portugal, em fins de janeiro na capital de São Paulo, foi um acontecimento de enorme repercussão e pleno de estímulo a todos os que juntaram suas vozes e seus esforços para o êxito da iniciativa. Mas a Conferência foi principalmente uma vitória das forças democráticas.

Sairam derrotadas as forças reacionárias que em toda a parte e também no Brasil, procuram impedir que os povos da Espanha e de Portugal encontrem o caminho da liberdade e da reconstrução nacional e frear os movimentos de solidariedade às vítimas do fascismo, onde quer que elas se encontrem. Viram-se, assim, frustradas as intervenções insolentes das ditaduras de Franco e de Salazar na vida interna do Brasil, como também foi desmascarada a atitude servil do governo do sr. Juscelino Kubitschek, ao tentar levar a cabo a proibição da conferên-

cia e a seus protetores aqui e em outros lugares. A segunda em relação ao sentimento democrático que cresce no continente e que associa intimamente a luta contra o imperialismo americano e a melhoria de suas condições de vida à defesa das liberdades democráticas. A terceira é o respeito à força do movimento democrático do povo brasileiro e de que aqui também o anticomunismo aparece como uma chaga ultra-reacionária, já condenada pela história e instrumento dos piores inimigos do povo. A defesa da legalidade da Conferência provou que, quando as forças democráticas, por mais diferentes que sejam suas opiniões sobre outros problemas, sabem unir-se e atuar de maneira

clonária da península Ibérica e a seus protetores aqui e em outros lugares. A segunda em relação ao sentimento democrático que cresce no continente e que associa intimamente a luta contra o imperialismo americano e a melhoria de suas condições de vida à defesa das liberdades democráticas. A terceira é o respeito à força do movimento democrático do povo brasileiro e de que aqui também o anticomunismo aparece como uma chaga ultra-reacionária, já condenada pela história e instrumento dos piores inimigos do povo. A defesa da legalidade da Conferência provou que, quando as forças democráticas, por mais diferentes que sejam suas opiniões sobre outros problemas, sabem unir-se e atuar de maneira

Escândalo da fraude cambial:...

(Conclusão da 6.ª Página) coberto pelo embaixador Gouthier, foi uma partida de cêra de carnaúba, enviada aos Estados Unidos como torta de mandioca. A mercadoria foi consignada a mr. Irving Hermann, presidente e tesoureiro da mesma firma Intercâmbio Comercial Inc. Inicialmente, a empresa americana que realizou a fraude negou que tivesse importado cêra de carnaúba, confessando, afinal, a importação diante das provas apresentadas pelo Consulado. Quanto à firma brasileira que realizou a exportação fraudulenta, trata-se de Rocha & Cia., de Imbituba, Santa Catarina.

zeiros!... Foi também proibida de realizar transações com o exterior durante doze meses. E só. Numerosos outros casos de fraude — importação ilegal de geladeiras, automóveis, televisões — são mencionados no relatório do embaixador Gouthier. Eis um pequeno trecho do trabalho: «Entre dezembro de 1955 e março de 1956, inclusive, o Consulado Geral teve informações do embarque de cerca de 1.500 automóveis pelos portos de Wilmington e Morehead City, na Carolina do Norte e Savannah, na Georgia, todos fora da minha jurisdição consular.» No relatório, onde o embaixador Gouthier cita uma série de medidas que tomou e outras que propôs para coibir o contrabando, explica-se que as exportações de automóveis americanos para o Brasil, por aqueles dois portos, deve-se a que não existindo consulhados brasileiros, não havia também controle. Da parte dos americanos, o interesse consistia em exportar a todo custo, embora para o Brasil isto significasse, como significa o desfalque em nossas divisas.

CARNAÚBA COMO SISAL

Em fevereiro de 1955, a firma baiana Jeremias Ferreira & Cia., de Salvador, embarcou pelo vapor «Mormactal», consignados ao seu representante em Nova Iorque J. E. de Souza & Co., 171 fardos de sisal, os quais foram descarregados em N. Iorque, na zona portuária livre de Staten Island. De fato, os fardos continham 24.820 quilos de fibra de sisal e 3.120 quilos de cêra de carnaúba, 1.260 quilos de cêra de ouricuri, com 2 por cento de impurezas e 5.700 quilos de cêra de ouricuri com 10 por cento de impurezas. Neste caso, como já havia feito em outras oportunidades, o Consulado reuniu documentos comprobatórios do crime, enviando-os ao Brasil para punição dos culpados. Foram, ainda, comprovados dois outros casos de exportação fraudulenta realizada pela mesma firma Jeremias Ferreira & Cia. Claro que Jeremias Ferreira & Cia. ganhou milhões nessas transações ilícitas e deu um prejuízo de outros milhões ao Brasil: transferiu gratuitamente para o estrangeiro riqueza criada com o trabalho do povo brasileiro. Por tão graves crimes a firma foi multada pelo Ministério da Fazenda... em 20 mil cru-

UMA PONTA DO VÉU

As denúncias feitas pelo embaixador Gouthier levantam apenas uma ponta do véu: restringem-se a algumas operações comerciais com os Estados Unidos. Não estão incluídas, naturalmente, as operações de sub e superfaturamento realizadas pelos grandes trustes estrangeiros que operam entre nós, as remessas ilegais de lucros e dividendos, etc. De resto, é extremamente difícil ter-se uma idéia aproximada da perda de substância que o nosso país sofre devido à ação dos trustes estrangeiros e de relações econômicas desiguais com o exterior. Por isso mesmo, qualquer medida visando a conter essa evasão de riquezas nacionais só poderá trazer benefícios ao organismo econômico do país.

Estão, pois, de parabéns os homens de boa vontade da Espanha e de Portugal que pugnam para fazer reunir em suas pátrias a reconciliação, o esquecimento dos velhos agravos e as feridas profundas que dividem as forças vivas dos seus povos. A Conferência demonstrou a razão que assiste aos que reclamam, para os povos irmãos da península Ibérica uma medida de caráter humanitário e um tratamento para os prisioneiros políticos de conformidade com as normas jurídicas universalmente reconhecidas como de respeito à dignidade humana e próprias da gente civilizada.

Também merecem aplausos os nossos irmãos do continente que apoiaram e participaram da Primeira Conferência. Ao forte sentimento de solidariedade que os anima se deve indiscutivelmente a vinda de delegações tão representativas para discutir as formas e os meios de conquistar anistia para os povos espanhol e português, aos quais estão ligados por laços tão íntimos. E a seu ascendente movimento libertador e democrático podemos atribuir um dos fatores determinantes do sucesso da Conferência. Hoje a luta pela democracia é parte integrante da luta emancipadora contra o imperialismo americano. Graças a essa compreensão (mesmo que muitos de seus delegados não concordem com ela) as delegações sul-americanas se comportaram mag-

Com a palavra o leitor Como Melhorar NOVOS RUMOS?

A direção de NOVOS RUMOS considera chegado o momento, agora que lutamos para completar um ano de circulação, de se examinar o que tem sido o nosso jornal e de se introduzirem modificações capazes de melhorá-lo. Para que esse intento possa ser realizado, é indispensável a colaboração de nossos leitores. Publicamos, por isso, o questionário abaixo, pedindo que as respostas sejam enviadas, com a urgência possível, à nossa redação.

- 1 - Qual a seção de NOVOS RUMOS que mais aprecia? Por quê?
2 - Qual a seção que menos aprecia? Por quê?
3 - Que seção ou seções acha desnecessárias?
4 - Que novas seções sugere?
5 - Que opinião e sugestões tem sobre a feição gráfica do jornal?
6 - Qual a sua opinião sobre a linguagem do jornal?
7 - Que críticas mais freqüentes tem ouvido a NOVOS RUMOS?
8 - Indique matérias que na sua opinião não deviam ter sido publicadas.
9 - Indique matérias que na sua opinião deviam ter sido publicadas, e não foram.
10 - Indique as matérias que julgou melhores.
11 - Que matérias lê habitualmente em NOVOS RUMOS?
12 - Que matérias não lê habitualmente em NOVOS RUMOS?
13 - Qual a sua opinião geral sobre o jornal? Como melhorá-lo?

Observações - Não é obrigatória a indicação do nome do leitor. Mas julgamos necessárias as seguintes indicações: sexo, idade, profissão e cidade em que reside.

MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO REAGEM CONTRA EXTORSÃO

Ninguém Paga a Conta da Luz: Povo Boicota Bond And Share!

ESPIRITO SANTO (Do correspondente) — Construídas por iniciativa de brasileiros, tendo à frente o ilustre capixaba Jerônimo Monteiro, as usinas hidrelétricas de Jucu e Fruteiras foram entregues em 1927 pelo governo do Estado à Cia. Central Brasileira de Força Elétrica, subsidiária da Bond and Share. Começou, desde então, a solapagem, ao desenvolvimento do Estado. Abandonando as usinas, o trustee preferiu instalar no centro urbano de Vitória conjuntos Diesel elétricos, consumindo óleo importado, enquanto as cachoeiras joravam centenas de milhares de metros cúbicos de água, inaproveitados.

seu orçamento doméstico, os capixabas deram início ao boicote no dia 2 de janeiro. Organizados os piquetes de greve, os quais participam industriais, comerciantes, sindicatos operários, associações estudantis, Casas-de-casa, etc., os habitantes das duas cidades estão conseguindo facilmente evitar que seu dinheiro também concorra para abarrotar os cofres da Bond and Share. Cachoeiro de Itapemirim e Castelo estão mobilizados, com suas ruas cobertas de cartazes, faixas e boletins, há comícios a todo instante, e os jornais, rádio e alto-falantes fazem a cobertura completa do movimento.

AS AUTORIDADES

Sucedem-se as reuniões, e nelas surgem revelações, localizam-se os responsáveis pelos desmandos do trustee apertado-se o cerco popular. No dia 5 de janeiro, a sede do Sindicato dos Armadores foi palco de importante reunião do Conselho Sindical do Espírito Santo. A qual, além de inúmeros dirigentes sindicais e estudantis, compareceu, especialmente convidados, o dr. Asdrubal Soares, secretário de Viação e Obras Públicas. Animaram-se os debates, inflamaram-se os oradores e, à conclusão, fez-se a unanimidade em torno da encampação, do abrasilicamento da «Brasileira».

mento da «Brasileira». Todos favoráveis, exceto o dr. Asdrubal. Imprensado pela multidão, foi obrigado a explicar uma coisa aqui, outra ali, começando a fazer-se a luz sobre alguns pontos obscuros. A discussão revelou: 1º — que o governo do sr. Carlos Lindenber, através de argumentos ardilosos e aparentemente justas, é contra a encampação da Bond and Share;

2º — que a recente majoração de tarifas efetuada pelo trustee, por autorização da Divisão de Águas e Energia Elétrica do Ministério da Agricultura, acrescentou ... Cr\$ 1,50 por quilowatt na conta dos pequenos consumidores;

3º — que grande parte da rede de distribuição de energia elétrica da Central foi e continua sendo construída com os recursos dos próprios consumidores;

4º — que o governo do Estado não foi atendido pela Divisão de Águas e Energia Elétrica do Ministério da Agricultura no sentido de que fosse incluído, ir representante do Espírito Santo na Comissão de Tombamento Contábil designada por aquele órgão para proceder o levantamento no acervo da «Brasileira», o que põe a referida comissão em posição de completa suspeição.

RESOLUÇÃO DOS «GREVISTAS»

Entre as várias medidas apontadas para sustentar o movimento, os «grevistas» resolveram enviar um memorial ao governador do Estado, solicitando:

a) — insistir na designação não apenas de um representante do Espírito Santo junto à Comissão de Tombamento Contábil, mas de três: um indicado pela Excelcência, outro pela Assembléia Legislativa e o terceiro pelos trabalhadores, através do Conselho Regional de Contabilidade;

b) — recorrer à Divisão de Águas e Energia Elétrica do Ministério da Agricultura, exigindo que sejam reestabelecidas as tarifas anteriores até que a Comissão de Tombamento Contábil conclua sua função;

c) — providenciar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder uma rigorosa pericia no acervo total da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica.

O governador Carlos Lindenberg comprometeu-se a atender às reivindicações apresentadas, fazendo restrições apenas à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a perspectiva de só voltar a pagar o fornecimento de luz quando as tarifas forem fixadas pelo governo e

pela comissão de greve, isto é, pelo povo, os capixabas trazem dia a dia maiores forças para engrassar suas fileiras, recorrendo a uma série de iniciativas interessantes.

O movimento começou em Cachoeiro do Itapemirim. Os de Castelo estavam um pouco tímidos e a luta se desenvolvia vagorosamente.

A comissão que encabeça a greve entre os cachoeirenses deslocou-se para Castelo e realizou, no dia 9, um grande comício esclarecendo o povo local, que, animado pelos atos dos habitantes de Cachoeiro, aderiu resolutamente ao movimento, organizando seus piquetes e bloqueando o acesso dos consumidores aos guichês da companhia.

Outra iniciativa que convém ressaltar foi a colocação, num coreto que há defronte da sede da Companhia em Cachoeiro de Itapemirim, de um gigantesco cartaz onde são anotados os nomes dos «transgressores», os que vão ao local pagar a conta da luz. Além do nome no cartaz, todas as vezes que o fura-greve passa pelo coreto um sino toca, expondo-o à execração pública.

O movimento está completando o primeiro mês e seus promotores confiam firmemente em que ele será coroado de êxito.

'NOVOS RUMOS' CONSULTA SEUS LEITORES

Em outro local, publicamos um questionário sobre NOVOS RUMOS e solicitamos aos nossos leitores o envio de respostas. Procuramos, com esta iniciativa, recolher o maior número possível de opiniões que nos possibilitem realizar um plano de melhoria do jornal, tanto no seu conteúdo como na sua parte gráfica. Também é nosso intuito receber essas opiniões num contato direto com os leitores de algumas cidades. Resolvemos, para esse fim, organizar a seguinte programação:

No Distrito Federal:

- Dia 8 — Na ABI (7º andar), às 17 horas, para bancários, funcionários e leitores em geral do centro da cidade e do bairro da Saúde.
Dia 12 — Na ABI (7º andar), às 20 horas, para os leitores da Zona Sul.
Dia 12 — No Centro de Interesses Coletivos, à Rua Cardoso de Moraes, 508 (Rains), 1º andar, às 20 horas, para os leitores da zona da Leopoldina.
Dia 13 — No Centro Democrático e Progressista de Piedade, à Rua Manoel Vitorino, 905, às 20 horas, para os leitores da zona da Central do Brasil.
Dia 13 — Na Rua Senador Pompeu, 123, às 19 horas, para os leitores da orla marítima.

Em São Paulo

- Dia 8 — Em Santo André, na sucursal de NOVOS RUMOS, à Rua Delfim Moreira, 11, para os leitores do ABC, às 20 horas.
Dia 9 — Em Sorocaba, às 20 horas.
Dia 10 — Na Capital, à Rua Catumbi, 43, sala 12 (Belém), às 18 horas.
Dia 11 — Na Capital, à Rua 12 de Outubro, 372, sala 10 (Lapa), às 19,30 horas.
Dia 12 — Em Campinas, Avenida Campos Sales esquina com Avenida Francisco Glicério, 1º andar, às 20 horas.
Dia 13 — Em Jundiaí, à Rua da Várzea, 771, às 19,30 horas.
Dia 14 — Em Santos, na Sucursal de NOVOS RUMOS, Rua do Comércio, 9, 2º andar.

DECIDIDO NA REUNIÃO DO RECIFE

Conselho da UBES: Greve Total Contra Aumento Das Anuidades

Greve geral no país inteiro contra o aumento das anuidades escolares foi o que decidiram os representantes secundaristas de 25 entidades filiadas à UBES. A importante decisão foi tomada em reunião recente do Conselho dessa entidade, na cidade do Recife. Um abaixo-assinado em todos os Estados, conversações com o presidente da República e o Ministro da Educação, a impetração de uma ação cominatória tendo como base o acórdão do Supremo Tribunal Federal segundo o qual a tabela das anuidades escolares devem ser elaborada pelo Ministério da Educação e não através dos diretores das escolas, como decidiu o Congresso das Escolas Particulares em Quitandinha, serão os próximos passos a serem dados pelos secundaristas antes da medida extrema da deflagração da greve. Reforma do Ensino, Casas e Restaurante Estudantis e

Reforma Agrária foram os três temas escolhidos para os seminários que a UBES realizou de 4 a 9 de janeiro nas cidades de Natal, João Pessoa e Recife. Participaram dos debates 25 entidades estudantis, estudantes secundaristas das cidades e personalidades convidadas. Cada seminário terminou por aprovar uma carta de princípios.

e administrativo, a reforma do ensino elaborada pelo professor Anísio Teixeira. Repudiaram violentamente qualquer negociação com o projeto de Diretrizes e Bases do Ensino, que possa ferir ou aniquilar a escola pública, e o Substitutivo Lacerda.

SEMINÁRIOS

Com a presença do representante do governador do Estado e do pedagogo professor Grimaldi, que fez a palestra inicial, foi realizado em Natal o seminário sobre Reforma do Ensino. Os estudantes manifestaram-se contra a doação, por parte do poder público, de qualquer tipo de subvenção às escolas particulares. Consideraram como patriótica e justa, tanto no aspecto didático, como no pedagógico

RESTAURANTE

O Tema «Casas e Restaurantes Estudantis» foi debatido na cidade de João Pessoa, sendo seu encerramento prestigiado pelo Sr. Pedro Gondim governador do Estado, e os comandantes do Batalhão de Engenharia e do R. I. ali sediados. Foram tomadas várias medidas a fim de fazer com que o governo cumpra o plano da Campanha de Assistência aos Estudantes (CASES).

A série de Seminários da UBES foi encerrada na cidade de Recife com o tema «Reforma Agrária», tendo por base 4 teses. Baniu vencedor o trabalho apresentado pelo secundarista da UBES Pedro P. Sampaio, que preconiza uma reforma agrária nos moldes do projeto de lei de autoria do deputado federal Góthino Cavalcanti.

Compareceram ao encerramento deste seminário o representante do prefeito da cidade, Miguel Arrais, e o vice-prefeito. Durante os trabalhos o deputado Francisco Juliano, líder das ligas camponesas de Pernambuco, fez uma palestra sobre o assunto, sendo convidado pelos estudantes para repetir na Rio de Janeiro, na sede da UNE.

PEGA FOGO O CIRCO JANISTA

(Conclusão da 3ª pag.) todos. O «Correio da Manhã», por exemplo, confessa a existência de «um mal-estar indelével entre os udenistas e os elementos que assumiram efetivamente o comando da campanha eleitoral do sr. Jânio Quadros». «O Estado de São Paulo», por sua vez, depois de tirar da caravana ao Norte a melancólica conclusão de que «não se pode falar que o futuro pleito venha a ser para o ex-governador de São Paulo uma marcha triunfal», e de condenar como contra-producentes o «abuso dos processos demagógicos» e os «malabarismos táticos», adverte Jânio Quadros para a necessidade de «rever os seus planos e escolher, dentre os elementos que constituem a elite das forças que o apóiam, um estado-maior

verdadeiramente à altura da luta gigantesca que se vai travar». A verdade é que, nessa briga entre «elites», a candidatura de Jânio Quadros perde terreno, incessantemente, aparecendo cada vez mais claramente ao povo como um jóio indecoroso de políticos sedentos de poder e a serviço do que se possa imaginar de pior; o entreguismo e a reação política.

Tem todo cabimento aqui a imagem da bola de neve: cada dia que passa avolumam-se os fracassos na área janista. E cada novo fracasso traz, por sua vez, um maior agravamento das condições que corroem este ajustamento político. Novos fracassos resultam daí... E assim será inevitavelmente, até 3 de outubro.



CONGRESSO NACIONAL DE FERROVIÁRIOS — O Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários reuniu-se nesta Capital, nos dias 18 e 19 de janeiro, para apreciar uma série de problemas relacionados com esse importante setor profissional. Na reunião ficou decidido a realização do Congresso Nacional dos Ferroviários, que deverá ser convocado para setembro ou outubro do ano corrente, e a intensificação da campanha pela aprovação do Estatuto dos Ferroviários, cujo projeto, de número 126, se encontra na Comissão de Legislação Social

da Câmara dos Deputados. A reunião do Conselho, que foi presidida pelo dirigente sindical Rafael Martinelli, contou com a participação de representantes de oito das mais importantes ferrovias do País, entre as quais a Santos-Jundiá, Leopoldina, Vitória, Nordeste, Ilhéus e Mossoró-Souza. O Conselho aprovou ainda a filiação do Sindicato dos Ferroviários de Mossoró à Federação, e a continuação da luta pela aprovação dos projetos de Lei Orgânica da Previdência Social e de Regulamentação do Direito de Greve. Na foto, um aspecto da reunião.

ESSE PREÇO ABSURDO, QUE prejudica mortalmente a indústria, também acarreta graves consequências para os pequenos consumidores. Assim, os operários, funcionários, comerciantes etc., que pagavam há dois ou três anos, por volta de Cr\$ 50,00 mensais pelo consumo de luz e pequena energia, recebem hoje suas contas apontando quinhentos, seiscientos e mais cruzeiros.

CARTA DO SERTÃO ZÉ PRAXÉDI — o poeta vaqueiro

Mosquero, 20 do mês, Manicipo de Belém. Vai aí, meu Zé Praxédi, As nuíça qui se tem. Andaro aqui uns doutô, Gente do Sô do país. Nada truvero de novo... Minhiro tanto pru povo Que ninguém uvi mais auis. Vêi o doutô da bassôra, Candidato à Prsidência. Falô már da Petrôbás Mas incontrô resistencia. Todo mundo qui iscutava Saiu de sua presença. Êle num gosta de pobe E parece qui tem vico. Chegô bastante izartado Para fazê o cômiço. Dixe uns vinte disaforo Deu uns três ou quatro istôro Acabô-ím ribuliço. Foi papê de amalucado O quêle fez pur aqui. Deus nos live desse doido Governô nisse Brasí.

Mineiros de Crisciuma: G overno Vai Pagar Taxa de Insalubridade

Após 29 dias de greve total que paralisou inteiramente o trabalho nas minas de carvão de Crisciuma, os trabalhadores decidiram, em concorrida assembléia, voltar ao trabalho e esperar durante 10 dias uma decisão das autoridades a propósito das reivindicações da categoria e a assinatura do acórdão final.

Pensões para viúvas dos servidores

A Associação dos Pensionistas do Serviço Público lançou uma nota denunciando a ação criminosa do DASP, que vem negando o benefício do salário-família às viúvas de ex-servidores falecidos antes da vigência da lei 1.765, de 1952. Reclamando justiça para a sua causa, a Associação salienta que o DASP violou a própria Constituição da República, criando um sistema de desigualdade de direitos, através do qual se estabelece duas categorias de viúvas: as que enviuvaram antes de 1952; e as que enviuvaram depois. As pensionistas prejudicadas reclamam o reajustamento dos seus benefícios, que continuam sendo os mesmos de 1954.

A delegação de mineiros que se encontra no Distrito Federal negociando com o Ministério do Trabalho e os representantes patronais, assim como os diretores do Plano Nacional do Carvão, o acórdão, já obteve o atendimento para as seguintes reivindicações: pagamento da taxa de insalubridade na base do salário-mínimo, adicionada ao salário nominal, a partir de março; pagamento de 50% dos dias de greve, isto em virtude da intervenção do vice-presidente da República, sr. João Goulart. Os membros da comissão de mineiros que se encontra na Capital Federal, mantêm contato permanente com as autoridades, tendo-se avisado inclusive com o marechal Lott, que se interessou vivamente pela situação dos trabalhadores de Crisciuma.

A medida que as tratativas se desenvolvem no Rio de Janeiro, em Crisciuma, após o retorno dos operários ao trabalho, a Cia. Carbonífera Metropolitana e a União Limitada (ambas do grupo Freitas) adotaram medidas de represália contra os grevistas, demitindo 180 deles, a maioria dos quais goza da proteção de estabilidade. A decisão patronal,

violando inclusive o que dispõe a CLT, provocou uma onda de revolta em Crisciuma e os trabalhadores exigem energicamente a readmissão dos companheiros. Pensados. Uma comissão de mineiros, representando os operários das duas companhias, virá ao Rio denunciar a arbitrariedade e exigir a volta ao trabalho dos 180 demitidos.

NA TCHECOSLOVÁQUIA:

# 1.300 PADRES CATÓLICOS AO LADO DO SOCIALISMO

“O socialismo dá aos crentes mais do que o capitalismo pode dar”, afirmam em Resolução adotada em Congresso — Concordam inteiramente com a liquidação da exploração do homem pelo homem

(Entrevista do padre PLOIHAR, ministro da Saúde do governo tchecoslovaco, ao nosso enviado especial,

ORLANDO BOMFIM JÚNIOR)

1.300 padres católicos da Tchecoslováquia (entre eles 6 bispos) reuniram-se recentemente em Congresso e aprovaram uma resolução de fidelidade ao regime socialista. Mandamos uma carta ao presidente da República, sr. Novotný, na qual dissemos que estamos convencidos de que o socialismo dá aos crentes mais do que pode dar o capitalismo — afirmou nos o padre Ploihar, presidente do Partido Popular Cristão e ministro da Saúde do go-

vêrno tchecoslovaco. «Nós cristãos — acrescentou o eminente católico — estamos inteiramente de acordo com o fato de que o sistema socialista terminou, em nosso país, com a exploração do homem pelo homem. E também concordamos com a luta do socialismo contra o colonialismo, isto é, contra a exploração de povos».

## CORPO E ESPÍRITO

Na primeira quinzena de

dezembro, tínhamos passado em Praga a caminho de Moscou. Impossível não se impressionar com a cidade. O elevado nível de vida salta aos olhos. Pelo que existe para comprar e pelo que o povo compra. E a curiosidade do repórter é atraída por diversos motivos: pelos lenços com as iniciais J.K. (explicaram-nos ser elevadíssimo o número de pessoas cujos nomes começam pelas mesmas letras do nome do sr. Juscelino Kubitschek); pelas numerosas vitrines de legumes e verduras, no centro da cidade, artisticamente montadas, numa combinação de cores em que tomates, repolhos, alpos, rabanetes, beterrabas, batatas e cebolas entram também como fator decorativo; pelos «dancings» em que cada mesa é servida de um telefone para que os frequentadores possam conversar entre si; pelo número e beleza das livrarias, que despertam a vontade de comprar livros mesmo no turista que desconhece a língua do país; pelo movimento dos grandes restaurantes populares, onde operários, intelectuais e militares, homens e mulheres, jovens e velhos, num quadro vivo de fartura e bem-estar, se misturam em torno a pratos bons e baratos, em geral ladeados por copos da internacionalmente famosa cerveja tcheca...

Muitos são, pois, os assuntos que podem dar margem a reportagens. Mas nossa intenção não era a de transmitir apenas impressões pessoais. Estávamos interessados no depoimento de um homem que, por diversas circunstâncias, via a construção do socialismo na Tchecoslováquia através de um prisma todo particular. O padre Ploihar é eminente como sacerdote católico e como político. Na sua dupla qualidade de ministro da Saúde e de «pastor de almas» podia nos falar sobre o que representa o socialismo para o corpo e para o espírito. E foram

estas as perguntas que, ao regressar à Praga de volta de Moscou, lhe fizemos:

— «Em qual dos dois regimes — capitalista ou socialista — encontra o homem melhores condições para se aperfeiçoar moralmente?»

— «Qual dos dois regimes enfrenta de maneira mais justa o problema da saúde pública?»

— Como representante da religião — disse-nos o padre Ploihar — temos plena convicção de que o sistema socialista oferece melhores condições de pureza moral ao homem do que o sistema capitalista. E não se trata de uma opinião pessoal. Na semana passada (entrevistamos o padre Ploihar no dia 22 de dezembro) houve em Praga um Congresso de sacerdotes católicos. Compareceram 1.300 representantes de dioceses da Tchecoslováquia, incluídos 6 bispos. Também participaram delegações da Polónia, Hungria e Rumânia. E o Congresso aprovou, entre outras, uma resolução de fidelidade ao regime socialista. Foi enviada uma carta ao presidente Novotný, na qual dissemos que o socialismo dá mais aos crentes do que o capitalismo pode dar.

## APLAUSOS A KRUSCHIOV

A principal finalidade do Congresso era debater o problema da paz. Foi aprovado um documento, dirigido a todos os católicos, no sentido de que os crentes não devem apenas rezar pela paz, mas por ela trabalhar e lutar.

Após a viagem de Kruschiov aos Estados Unidos, figuras representativas do clero católico da Tchecoslováquia tinham enviado uma mensagem ao dirigente soviético, apoiando-o em mais essa iniciativa pela aproximação entre os povos e os governos. Estava reunido o Congresso quando chegou a resposta do primeiro secretário do P.C.U.S. Kruschiov agradeceu aos padres e aos ca-

tólicos da Tchecoslováquia o que têm feito para combater a ameaça de nova guerra e o apoio dado à sua visita a Eisenhower. A leitura dessa carta, numa das reuniões do Congresso, foi seguida de grandes aplausos às palavras de Kruschiov.

— «Nós também estamos conscientes, disse-nos o padre Ploihar, de que empregar-se para que haja entendimento entre os povos é, como escreveu Kruschiov, o dever de toda pessoa, sem nenhuma distinção de convicções políticas ou religiosas».

## PLENA LIBERDADE

O padre Ploihar faz questão de destacar que existe plena liberdade de religião na Tchecoslováquia. E aponta exemplos. O que ocorreu no Congresso foi amplamente divulgado pela imprensa, tanto pelo órgão central do Partido Comunista como pelo órgão dos Sindicatos e outros jornais. Do Congresso participou um representante do governo, o ministro da Educação. O Estado financia as igrejas. Os padres são pagos (e bem pagos, acrescenta) pelo Estado. Não existe nenhuma discriminação em relação aos crentes, que encontram todas as facilidades para que possam praticar os atos de sua religião.

— A única coisa que não é permitida, nem nosso povo o permitirá jamais, é que, utilizando-se da religião, alguém pratique atos contra o governo, contra o povo. A maioria, em nosso país, é de católicos. Há também crentes de outras religiões. Como há os que não possuem religião. Mas as diferenças de crença religiosa não constituem, de forma alguma, obstáculo a que convivamos em harmonia e todos juntos trabalheemos para a felicidade do nosso povo».

## DIFERENÇA A FAVOR DO SOCIALISMO

O padre Ploihar, que está



O bispo J. Ploihar, ministro do governo popular da Tchecoslováquia.



Os bispos Antonin Ecner, Ambroz Lazik e J. Ploihar, ministro da Saúde do governo da Tchecoslováquia, ouvem atentamente as intervenções dos delegados ao Congresso dos padres católicos tchecoslovacos.



«Nós cristãos estamos inteiramente de acordo com o fato de que o sistema socialista acabou inteiramente com a exploração do homem pelo homem», declarou o bispo Ploihar ao enviado especial de NR, Orlando Bomfim Jr., em entrevista exclusiva.

À frente do Ministério da Saúde, não consegue, apesar de seu feito modesto e calmo, ocultar o entusiasmo que sente ao referir-se às realizações do governo socialista nesse setor.

— «Com a vitória do socialismo, a defesa da saúde pública foi colocada em bases inteiramente diferentes. O Estado passou a zelar de fato pela vida do cidadão. A saúde do povo foi elevada a um nível mais alto e o povo pode trabalhar e viver melhor. A assistência médica para 90% da população é gratuita. E no dia 18 de dezembro, em reunião do ministério, o governo decidiu estender mais ainda esse benefício: todas as crianças até 15 anos, sem nenhuma exceção, terão assistência médica inteiramente de graça. E a assistência médica compreende também operações cirúrgicas, internamento em hospitais e sanatórios, banhos termais, estações de cura e repouso, etc. E igualmente os remédios são gratuitos.

Não se trata apenas de curar o enfermo. Cuida-se de prevenir a doença. Os exames médicos são obrigatórios para todos. Nas escolas, uma vez por ano, os alunos são submetidos a exame dentário. E assim por diante.

Essas medidas têm alcançado resultados extraordinários. No caso da poliomielite, por exemplo. Toda criança até 14 anos é vacinada. Se casos da doença se manifestam, a vacinação atinge os jovens até 18 anos. Conseqüência: diminuição de 75% na incidência da moléstia.

A tuberculose também está desaparecendo por completo. Na infância (a vacinação é obrigatória),

só ocorre muito excepcionalmente. As pessoas idosas atacadas do mal recebem completo tratamento.

— «É claro — destaca o padre Ploihar — que o alto nível de vida alcançado pelo povo representa um fator importante na luta contra a tuberculose. Quando não se passa fome nem privações, a doença recua. Ela já está fugindo, de nosso país. E não voltará nunca mais».

Depois de referir-se à proteção especial que a mãe e as crianças merecem do Estado, diz nosso entrevistado que também a velhice, ao contrário do que ocorria, é tratada agora com carinho. Antes, era considerada uma doença. Hoje, recebe toda a proteção. E a média de vida é bastante mais alta do que no tempo do capitalismo: subiu a 72 anos para a mulher e a 69 para o homem.

## CONTATO COM O BRASIL

Após concluir suas declarações, o padre Ploihar manifestou seu interesse, como ministro da Saúde, em estabelecer um mais estreito contacto com médicos e cientistas do Brasil.

— «Dedicamos grande esforço ao desenvolvimento da ciência médica. Mantemos 30 institutos científicos. Procuramos acompanhar o desenvolvimento da medicina em todas as partes do mundo. Participamos com satisfação dos congressos internacionais e recebemos com alegria os cientistas que nos visitam. Numerosas são as personalidades do mundo médico da América Latina que têm vindo ao nosso país. Gostaríamos de estreitar ainda mais nossos contactos com os médicos e cientistas brasileiros».

# NOVOS RUMOS